

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 — VI FASE — Nº 20 — DE 01 A 14 DE JUNHO DE 1989

NCz\$ 0,50

DENÚNCIA

Como o governo quebra a Previdência



Os políticos e os órgãos de comunicação da direita deflagraram há algumas semanas uma ampla ofensiva tentando provar que os direitos previdenciários obtidos pelo povo na Constituinte são “amplos e exacerbados”; e que não é possível atendê-los sem falir o Tesouro Nacional. Após investigar minuciosamente o assunto, o economista Ricardo Avelar demonstra que o problema é outro. O governo Sarney desrespeita acintosamente a Constituição,

e desvia para fins diversos recursos destinados por ela ao Fundo de Seguridade Social.
Página 17

**Conheça os amigos de
direita do Collor**

E mais informações comentadas sobre a sucessão presidencial.
Páginas 5, 6 e 7

**Latifúndio mata, fica
impune e ameaça no Pará**

Dois anos depois de assassinar Paulo Fonteles, a UDR planeja mais crimes.
Pág. 11

CDM
O Brasil, exportando
para ficar mais pobre
Como as exportações transformaram-se em
instrumento para remessas ilegais ao
exterior. Pág. 16

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins

Diagramação e Arte: José Luis Munuera Reyes

Fotografia: Aguinaldo Zordevoni

Arquivo: Rosane Montiel

Administração e Assinaturas: Raquel Imanishi Rodrigues e Teresa Polli

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP
Telefone: (011) 36-7531
Telex: 11-32133

Nas capitais — ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; **ALAGOAS —** Ladeira do Brito, 72 — fone (082) 223-7128, Maceió; **AMAPÁ —** Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone (096) 231-3370, Macapá; **AMAZONAS —** Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; **BAHIA —** Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; **CEARA —** Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; **DISTRITO FEDERAL —** HIGS — 704, Bloco G, Casa, 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; **ESPIRITO SANTO —** Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; **GOIÁS —** R. Paranaíba, 355 CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; **MARANHÃO —** Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; **MATO GROSSO —** Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-7908, Cuiabá; **MATO GROSSO DO SUL —** Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; **MINAS GERAIS —** Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; **PARÁ —** Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; **PARAÍBA —** Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; **PARANÁ —** Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone: (041) 222-9120, Curitiba; **PERNAMBUCO —** Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; **PIAUI —** Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; **RIO DE JANEIRO —** Rua 13 de Maio, 333, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; **RIO GRANDE DO NORTE —** Rua prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; **RIO GRANDE DO SUL —** Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; **RONDÔNIA —** Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; **RORAIMA —** Rua Major Williams, 434, CEP 69300, Boa Vista; **SERGIPE —** Rua Itabaianinha, 145, sala 104, CEP 49010, Aracaju; **SANTA CATARINA —** Praça 15 de Novembro, 21, sala 703, CEP 88010, Florianópolis.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Especial

Lygia Fagundes Telles, para o PCdoB e a "Classe"



A escritora Lygia Fagundes Telles enviou a carta que se segue a João Amazonas, presidente do PCdoB, e à "Classe Operária": "Prezado João Amazonas.

Tenho recebido o seu excelente jornal **A Classe Operária** — tão informativo e tão sério e tão corajoso. Queria agradecer, ainda, a homenagem que me foi prestada no número de 9/3/89 com a publicação de alguns textos meus — gratíssima.

Aceite, meu caro camarada de letras, o meu abraço cordialíssimo. Queria que esse abraço de solidariedade se estendesse a toda sua equipe do jornal." (Lygia Fagundes Telles, escritora e integrante da Academia Brasileira de Letras)



São Paulo, 12 de Maio de 1989

Prezado João Amazonas,
Tenho recebido o seu excelente jornal **A Classe Operária** — tão informativo e tão sério e tão corajoso. Queria agradecer, ainda, a homenagem que me foi prestada no número de 9/3/89 com a publicação de alguns textos meus — gratíssima.

Aceite, meu caro camarada de letras, o meu abraço cordialíssimo,

Lygia Fagundes Telles

Queria que esse abraço de solidariedade se estendesse a toda sua equipe do jornal.

Petistas pernambucanos querem debater o jornal

A Classe Operária SUPLEMENTO ESPECIAL

IDÉIAS

PARA UM PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR

Durante as discussões para a elaboração do programa do Partido Popular, processo não que abriu-se a unidade política entre os partidos que a integram, todos eles apresentaram bons projetos, cuja análise resultou no programa da Frente Brasil Popular. Também o Partido Comunista do Brasil fez sua contribuição, que publicamos na íntegra neste suplemento.

Caros camaradas do jornal "A Classe Operária".

Consegui com uma militante do PCdoB o "Suplemento especial" publicado na "Classe" n.º 18, com as sugestões deste partido para o

programa da Frente Brasil Popular.

Gostaria que me enviassem mais suplementos para discutir nas nossas reuniões.

O suplemento traz na capa o Lula abraçado com João Amazonas. Amazonas é um homem que tem uma vasta história de luta em prol dos trabalhadores. Tenho lido muitas coisas sobre ele. É muito bom as esquerdas estarem unidas num objetivo só.

PT saudações, Lula 89!
(Antonio de Souza Torres, do Diretório Municipal do PT em Pesqueira, PE)

Um protesto contra o massacre de índios



Os índios, primeiros habitantes do Brasil, antes maioria e agora reduzidos a pouco mais de 200 mil, não são mais lembrados nem no seu dia. Quando são lembrados falam muito mal a seu respeito. Dizem que são preguiçosos, selvagens e comedores de gente. Mas ninguém diz que metade dos índios do Brasil morreu no primeiro contato com os homens brancos que levaram as doenças para as tribos; nem que muitos morreram quando os homens brancos levaram os índios para a "civilização" da cidade, para explorá-los.

Infelizmente, a política indigenista exercida pelos governantes tem deixado muito a desejar. A Funai anda envolvida com roubos dos poderosos. As constantes invasões de reservas indígenas por latifundiários e seus capangas, muitos com o apoio das autoridades que se omitem ou fingem não ver, têm acontecido quase que diariamente. Esta política de desrespeito à cultura e valores indígenas, a corrida atrás do dinheiro, a ingenuidade de alguns que querem "civilizar" quando não sabem nem o que é civilização, estão levando os reais donos da terra a serem sacrificados em seu próprio chão. Entendemos que é necessário respeitar os valores culturais dos índios e garantir a permanência do povo indígena em sua própria terra. (Fernando Martins Filipak, Jarú, RO)

"Olhar os ritmos sem preconceitos"



Muito oportuna a matéria de Itamar Pires ("Rock: a trajetória de um ritmo"), publicada na "Classe" n.º 18. É realmente um absurdo medir a essência de um determinado gênero musical por seu ritmo.

Ater-se a este ponto é valorizar em demasia a forma, desprezando o conteúdo.

O rock transformou-se num poderoso meio de expressão dos jovens, servindo de

canal para expor sua rebeldia. Se a juventude ainda se atém a reivindicações reformistas é porque o nível de sua consciência ainda não se elevou. No entanto erguer as produções comerciais, descartáveis e alienantes ao mesmo patamar das músicas da "Legião Urbana" ou "Plebe Rude", por exemplo, é a arma que a burguesia usa para neutralizar a influência crítica que algumas produções trazem à juventude.

É preciso saber distinguir, sem preconceito, o que tem qualidade do que não tem.

Muito boa também a matéria sobre o Collor de Mello. É importante que a "Classe", ao mesmo tempo que propagandeia a Frente Brasil Popular, desmascare os candidatos que estão sendo pré-fabricados para enganar o povo e se passar por "de esquerda". Quero sugerir que matérias deste tipo sejam feitas com outros candidatos. (Luciana de Souza Bento, Goiânia, GO)

A Câmara Municipal de Fortaleza aprovou, em 03/05, a seguinte moção, proposta pelo vereador Inácio Arruda, do PCdoB:

"Exmo. Sr. presidente da Câmara Municipal de Fortaleza

O vereador abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem mui respeitosamente requerer a V. Excia, após ouvido no Plenário, que seja consignado em ata voto de efusivas congratulações pelo transcurso, no dia 1º de Maio, do 65.º aniversário de fundação do jornal "A Classe Operária", órgão oficial do Partido Comunista do Brasil. "A Classe Operária" é um dos mais antigos jornais brasileiros. Esta longevidade deve-se à sua permanente defesa de idéias avançadas e inovadoras e, em face disto, ao apoio dos trabalhadores e militantes da causa libertária no Brasil. Diferentemente dos grandes jornais da burguesia, este jornal não sobrevive às custas de fatores governamentais e generosas contribuições de grandes grupos econômicos. Seu compromisso é com o povo.

Ao completar 65 anos de existência o jornal mantém-se firme em defesa dos interesses populares e conclama a união das forças de esquerda para juntas derrotarem a reação e o atraso no embate eleitoral de 15 de novembro próximo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, 3 de maio de 1989."

(Inácio Arruda, vereador e líder do PCdoB na Câmara)

Recado

Exemplares antigos da "Tribuna Operária"

Os colecionadores da "Tribuna Operária" que não chegaram a completar sua coleção têm agora uma última oportunidade de fazê-lo.

Ao iniciarmos a organização do Centro de Documentação da "Classe" constatamos a existência de uma quantidade limitada de exemplares da "Tribuna" que não serão utilizados pelo jornal. Estamos colocando estes exemplares à disposição de nossos leitores pelo preço especial de NCz\$ 0,50 cada um.

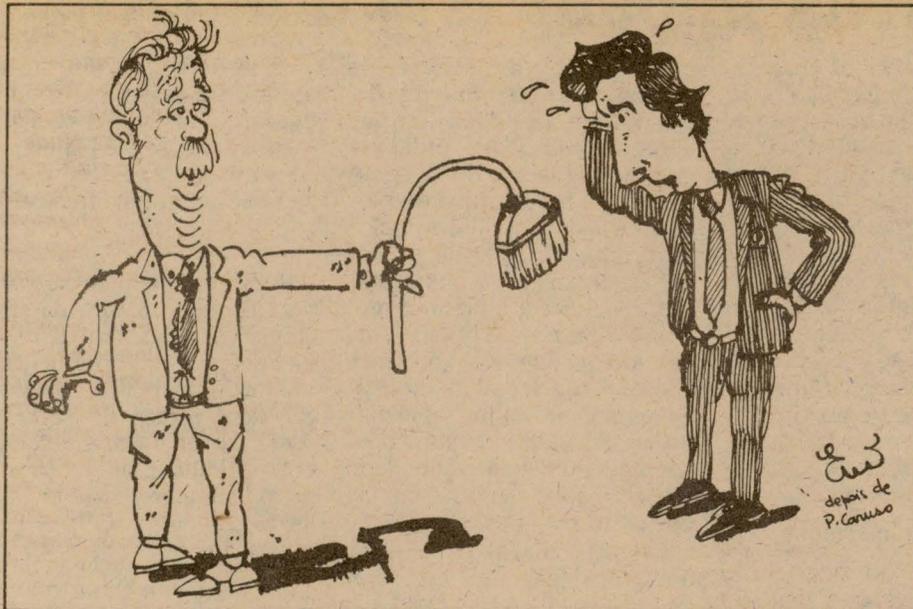
Como não é possível satisfazer a todas as solicitações atenderemos os pedidos por ordem de chegada. Quanto mais breve forem formalizados, maiores chances terão de serem atendidos.

Para pedir seu exemplar atrasado

basta escrever para a "Classe", mencionando expressamente os números das edições solicitadas, e enviando anexo cheque nominal para a Editora Anita Garibaldi, no valor total do pedido.

Dentro de algumas semanas estaremos oferecendo também coleções completas da "Tribuna Operária", e posteriormente coleções encadernadas dos primeiros números da nova fase da "Classe Operária". (A administração do jornal).

Esta seção destina-se aos interessados em comprar, vender ou trocar livros, jornais, revistas ou outras publicações; informar ou pedir informações sobre congressos, encontros e assembleias do movimento popular e democrático; informar sobre palestras, exposições ou apresentações científicas, artísticas ou culturais; ou emitir outros tipos de mensagens aos leitores da "Classe". Para publicar seu "recado" escreva para o jornal, à R. Adoniran Barbosa, 53 — 01318 — São Paulo — SP, ou telefone para (011) 36-7531.



EDITORIAL

A alternativa é lutar

Quando na madrugada do dia 2 de maio uma bomba lançada por terroristas de direita destruiu o memorial dos operários de Volta Redonda, as forças democráticas e progressistas foram enfáticas na análise do sinistro episódio, asseverando não se tratar de fato isolado, mas estreitamente ligado à crise política e à tentativa dos círculos mais reacionários do país de intimidar o movimento operário, democrático e popular.

A atitude das Forças Armadas no inquérito do atentado e as novas ações de banditismo para-militar que se seguiram (ver matéria à página 4), indicam que estamos vivendo nova escalada terrorista. Seus autores não se identificam, no máximo referem-se a siglas fantasiosas, encobrem-se na impunidade e no aval tácito que recebem de autoridades governamentais e militares. Ainda mais porque tais ações inscrevem-se no mesmo quadro das medidas repressivas do governo contra o movimento reivindicativo dos trabalhadores. As recentes greves foram tratadas pelo Planalto e por governos estaduais chefiados por tiranetes, como o de São Paulo, a ferro e fogo. Seguindo a tradição da "República Velha", anterior à Revolução de 30, a questão social continua sendo considerada "questão de polícia".

Some-se a tudo isso o fato de que Sarney toca seu governinho à moda da ditadura. Sem nenhuma representatividade social e política, desprovido de qualquer sistema sólido de sustentação parlamentar, administra através das chamadas Medidas Provisórias, transformando este instituto jurídico, em si mesmo autoritário, numa forma corriqueira de legislar. Diante da rejeição, por decurso de prazo, da Medida Provisória n.º 50, reedita-a na íntegra, agora sob o n.º 59, mantendo literalmente todas as restrições ao direito de greve.

As ações terroristas dos grupos para-militares, o comportamento

policialesco em relação às greves e os métodos autoritários de governo, com a ressurreição do decreto-lei travestido em Medida Provisória, têm um fim precipuo: acuar e intimidar o movimento democrático, operário e popular, impor o arrefecimento das lutas, fazer o povo dobrar a espinha e aceitar passivamente a política de esfomeamento e espoliação a que o governo o submete. Fazem parte da estratégia das elites brasileiras, temerosas de que o rápido agravamento da crise social gere revoltas incontrolláveis ou conduza-as à fragorosa derrota no pleito presidencial que se aproxima. Estão muito vivos, até pela proximidade temporal e geográfica, os exemplos da Venezuela e da Argentina, que vivem, particularmente esta última, clima de verdadeira guerra civil.

Em certos setores oposicionistas e sindicais esta pressão da direita tem surtido algum efeito. Argüi-se que o "grevismo" pode levar o país ao caos. Melhor seria, segundo essa ótica, arrefecer o ímpeto das lutas, encontrar alternativas de conciliação para mitigar o sofrimento dos trabalhadores causado pelo descalabro da política econômica do governo. Há mesmo quem argumente ser melhor votar em alguém do centro, com tinturas de "esquerda" ou em algum candidato das elites, mas representativo da "modernidade", para evitar o golpe militar.

Num momento de tamanha gravidade, cumpre reafirmar que ao povo não resta outra alternativa senão a luta. Luta decidida e enérgica pelas transformações de fundo que os tempos exigem. Fora desse caminho conheceremos apenas a degradação continuada da vida nacional. Essa luta passa hoje pela intensificação da mobilização popular e pela sucessão presidencial, batalha em que as forças realmente progressistas devem se empenhar ao máximo para tornar vitoriosa a candidatura de Lula, da Frente Brasil Popular.

Avanços na Constituinte do Rio

Jandira Feghali *

O processo de elaboração da nova Constituição do Estado do Rio de Janeiro pode ser tomado como referencial para procedimentos semelhantes que se desenham noutros Estados. Apesar do PCdoB ter um único parlamentar em sua bancada na Assembleia Constituinte do Rio, a representatividade que lhe é conferida e o total de propostas apresentadas e aprovadas — em muito superior às bancadas majoritárias — dão uma dimensão bastante positiva ao mandato de característica popular e voltado para o compromisso social.

Do ponto de vista político, a articulação do mandato com as massas populares e a unidade de ação com as forças políticas progressistas permitiram que a Constituinte estadual viesse a cumprir um papel relevante e que poderá representar significativos avanços em relação à Constituição Federal, caso algumas proposições aprovadas nas subcomissões sejam confirmadas em plenário, durante a votação do primeiro turno em julho próximo.

Depois de quatro meses de atividades das sete subcomissões, das quais o PCdoB participou ativamente de três — Ordem Social, Ordem Econômica e Meio Ambiente e Direitos e Garantias Fundamentais — o balanço aponta para um avanço no texto

do anteprojeto constitucional. O PCdoB sai vitorioso neste primeiro embate, tendo apresentado 191 emendas e obtendo a aprovação de cerca de 70% delas, representando um alto índice entre todos os mandatos com assento na Assembleia Legislativa fluminense. Entre as propostas incluídas no texto que irá a plenário destacam-se: regulamentação da utilização do solo urbano, criação do Conselho Estadual dos Direitos do Negro, criação do Centro de Atendimento Jurídico à Mulher, legislação que regulamenta e controla a utilização do sangue pelos hemocentros, tributação em 40% da arrecadação dos cartórios não oficiais, autohomia e democratização da UERJ, avanços fundamentais na proposta de saúde com o fortalecimento do SUDS, além de propostas nos itens referentes à saúde do trabalhador e da mulher, meio ambiente, transporte e educação.

Enfim, o que se conseguiu foi contemplar um arco amplo e diferenciado de questões que constituem uma parcela ponderável das reivindicações da grande maioria da população do Estado do Rio de Janeiro, entendendo a necessidade de maior mobilização da sociedade para obter maiores conquistas neste processo.

* deputada estadual do PCdoB-RJ e membro da sua direção nacional

Direita toma conta do governo da Bahia

Péricles de Souza*

Dia 25, após pronunciamento do líder da bancada na Assembleia Legislativa, a imprensa baiana noticiou o "rompimento" do PCdoB com o governo de Nilo Coelho.

Ao tornar-se candidato a vice na chapa de Ulysses e entregar o governo do Estado a Nilo Coelho, Waldir Pires, além de ter-se definido pela tentativa de ressuscitar o centro, esmagado em 1988, precipitou a desintegração da frente que o elegeu em 1986 com mais de um milhão e meio de votos adiante do candidato de Antônio Carlos Magalhães.

A coligação "A Bahia vai mudar" teve o apoio de toda a esquerda. O apoio oficial dado pelo PT foi transformado em apoio tácito por interferência do seu diretório nacional. O PCdoB foi das últimas forças políticas a apoiar Waldir. Fizemos um grande esforço por mudanças na composição da chapa, especialmente quanto ao nome indicado para vice-governador, Nilo Coelho, político oriundo da direita, representante do latifúndio da pecuária e do algodão.

Vencida a eleição, as dificuldades de relacionamento do PCdoB com o governo Waldir foram num crescendo. Ele cedia muito espaço para os setores de direita, centralizava em termos absolutos as decisões, de que participava apenas um restrito grupo de amigos. Waldir mostrou também indecisão na campanha pelas diretas em 88 (quatro anos para Sarney) e qual se veio a aderir ao Fina, foi leno na tomada de decisões políticas e administrativas, adotou posição inflexível em face das reivindicações de professores, funcionários públicos e

empregados das estatais. Recentemente, o governo Waldir adotou uma "reforma administrativa" cujo centro é a demissão de dezenas de milhares de funcionários.

Ao assumir o governo, Nilo Coelho não nos surpreende. Vai a Sarney e sai do Planalto dizendo terem-se acabado as "retaliações" contra a Bahia. Afirma também "nunca ter tido problemas com o presidente". Diz que seu compromisso com Waldir é em torno de idéias e não de pessoas, passa a substituir muitos elementos progressistas no governo e a definir como critério para participação em cargos de confiança o apoio à chapa Ulysses/Waldir. Proclama-se coordenador da campanha do PMDB na Bahia e marca o primeiro comício de Ulysses na sua cidade, Guanambi, para onde transfere o governo do Estado no dia do evento. As demissões de funcionários continuam e se amplia rapidamente o apoio da direita ao novo governador.

Nosso Partido, que esteve à frente da luta dos funcionários públicos e das estatais, que participou de todas as greves contra o governo de Waldir, que sempre denunciou no parlamento as posições irreduzíveis do governo, a ação da Polícia Militar contra grevistas e que repudiou desde o início a tal reforma administrativa, acentua sua oposição ao governo do Estado. Estará empenhado para que em novembro Nilo Coelho, Sarney, Ulysses e Waldir tenham nas urnas a resposta que o povo dará à "Nova República", levando à vitória a Frente Brasil Popular.

* Presidente do PCdoB na Bahia e membro de sua direção nacional.

CRÔNICA

DE BRASÍLIA

Congresso aprova nova política salarial e governo insiste nas medidas antigreve

Moacyr de Oliveira Filho*

O Congresso Nacional aprovou, finalmente, na semana passada, o projeto estabelecendo o novo salário-mínimo e a nova política salarial do país (ver matéria à página 15). O texto aprovado, resultado de uma ampla negociação entre todos os partidos políticos, embora tenha ficado aquém das propostas dos setores progressistas e do movimento sindical, representou um avanço em relação à proposta inicial do governo. Ao garantir reajustes mensais de salários com base nos índices de inflação para todos os trabalhadores que ganham até três salários-mínimos, reajustes trimestrais com base no índice de inflação acumulada para quem ganha de três a 20 salários-mínimos e livre negociação para quem ganha acima de 20 salários-mínimos, reintroduzindo-se o sistema de cascata até esse teto, o projeto criou um mecanismo de defesa, embora parcial, do poder aquisitivo dos salários contra a inflação.

Em relação ao salário-mínimo, o Congresso aprovou um valor de 120 cruzados novos a partir de 1º de junho, com reajustes mensais com base no índice de inflação, além de aumentos reais de 12,55% em outubro, 6,09% em novembro e 6,09% a cada dois meses até 1º de maio de 1990. A proposta dos setores progressistas era de um salário-mínimo de 160 cruzados novos, com reajustes mensais e uma reposição mensal de 3% a título de ganho real.

Foi o PFL quem se encarregou, durante a negociação, de endurecer o jogo, fazendo ostensivamente o papel do vilão. O líder José Lourenço, em diversas oportunidades, embananou o processo de negociação, na tentativa de forçar uma redução nas propostas. O acordo firmado foi, assim, uma vitória diante da correlação de forças existente no Congresso Nacional.

Para o deputado Edmilson Valentim, que representou o PCdoB nessa negociação, o projeto aprovado significa um avanço em relação ao que o governo queria conceder. "Conseguimos garantir o reajuste mensal para quem

ganha até três salários-mínimos, o que representa, segundo cálculos do Dieese, mais de 60% dos trabalhadores brasileiros. Isso representa pelo menos uma atenuação na perda do poder aquisitivo dos salários contra as altas inflacionárias", analisa o deputado comunista. Sintetizando, Valentim acredita que a política salarial aprovada pelo Congresso garante, pelo menos, um mecanismo permanente de proteção dos salários contra a inflação e representa uma perda menor do seu poder aquisitivo. "Foi por isso que os partidos progressistas concordaram em subscrever esse acordo", explica Edmilson.

Já em relação à Medida Provisória n.º 50 não se chegou a nenhum acordo. Os setores progressistas, liderados pelo PCdoB, não aceitaram o projeto alternativo apresentado pelo senador Ronan Tito, relator da matéria, que inclui os transportes coletivos como serviço essencial e um dispositivo que determina o poder dos Tribunais Regionais do Trabalho julgarem se as reivindicações trabalhistas dos movimentos grevistas eram procedentes ou não. Na ótica dos progressistas, esses dois pontos, notadamente o segundo, dificultavam e restringiam o livre direito de greve, ao abrir brecha para o julgamento sobre se as greves são legais ou ilegais. Na opinião dos progressistas tal dispositivo fere o direito constitucional de greve. Como o PCdoB não abriu mão em relação a esses dois pontos, os demais partidos progressistas acompanharam nessa posição e a Medida Provisória não foi votada, perdendo sua validade. Numa demonstração de completa intransigência, autoritarismo e desrespeito aos direitos democráticos dos trabalhadores, o governo reeditou a Medida Provisória nos mesmos termos da anterior. A lei antigreve de Sarney atende, agora, pelo nome de Medida Provisória n.º 59. Derrotá-la é tarefa de todos os democratas e progressistas.

* Correspondente da Classe em Brasília

Direita impune está um terror

Desde o dia 27 de maio as instalações militares da região Sul do país estão em estado de alerta, com sentinelas autorizadas a atirar para abater "qualquer manifestação estranha" nas proximidades dos quartéis e batalhões. A ordem foi dada pelo general de brigada Cândido Vargas Freire, do Comando Militar Sul. Trata-se de uma reação a um atentado que o Batalhão de Infantaria Blindada de Ponta Grossa, cidade paranaense a 100 quilômetros de Curitiba, teria sofrido no último dia 18.

Queimando arquivo

O atentado ao quartel de Ponta Grossa veio ao conhecimento público somente no dia seguinte à morte do soldado do Exército Charles Fabiano da Silva. Charles agonizou durante um dia depois de sofrer, em 24 de maio, um atentado a tiros de metralhadora na cidade de Volta Redonda, (RJ), palco de explosivos acontecimentos nos últimos meses.

O Comando Militar do Leste, sediado no Rio de Janeiro, divulgou nota informando que só se pronunciará "após a apuração dos fatos no Inquérito Policial Militar". A ligação do assassinato do soldado Charles Fabiano com o atentado que destruiu na madrugada de 2 de maio o monumento aos operários mártires da Companhia Siderúrgica Nacional é clara e automática. Charles Fabiano no momento do atentado de 2 de maio fazia ronda nas proximidades do monumento destruído e deporia na semana passada como testemunha.

Nada apurado

Enquanto ocorre este tipo de "queima de arquivo", a Polícia Civil do Rio de Janeiro anuncia que já tem pistas sobre quem praticou o atentado ao memorial dos operários. É

o que se deduz das declarações do presidente do inquérito, delegado Paulo Paciolo, que apontou a Imbel — Indústria de Material Bélico do Exército — como a fabricante do explosivo "plastex" utilizado pelos terroristas. A dedução é lógica, tendo em vista que a empresa, a única a fabricar o material, registra eventuais vendas do produto (representa apenas 1% do total de explosivos comercializados pela empresa). A venda se destina apenas a clientes cadastrados, que são obrigados a prestar contas do seu uso.

Ou seja, todas as pessoas que trabalham com esse tipo de explosivo estão relacionadas pelas autoridades militares, nesse caso o Comando Militar do Leste. A "Folha de São Paulo" em sua edição de 17 de maio informa que o conjunto de pessoas cadastradas no Rio de Janeiro deve chegar a 300. Um policial, que não quis se identificar, observou que "só quem tem acesso direto ao 'plastex' pode haver participado do atentado", confirmando assim a suposição de que a identificação dos autores da explosão do monumento pode ser conseguida.

O perito Cesar Tadeu Pereira, que participou da perícia nos escombros do monumento e na quarta bomba (uma combinação de três bombas, ao invés de uma, como se pensava inicialmente, foi a causa da destruição do monumento) que ficou intacta, descartou a hipótese de que o material tivesse sido contrabandeado, em razão do rigoroso controle na expedição de explosivos. O diretor comercial da Companhia Siderúrgica Nacional, Luís Carlos Bidart, informou que a empresa não adquire o "plastex", como se supunha anteriormente, "nem está na lista de distribuidores da Imbel", assegurou.

Esses indícios mostram que as autoridades militares só não chegarão aos responsáveis pelo atentado se não quiserem, como parece, pela simples razão de que não lhes convém.

Intimidação

Além do atentado ao soldado Charles Fabiano, da situação tensa em Ponta Grossa e do descaso das autoridades militares em relação à apuração do atentado de Volta Redonda, outros fatos ocorridos nos últimos dias indicam o prosseguimento da escalada terrorista.

No dia 27, durante a madrugada, a sede do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná foi depredada por terroristas. Os cinco andares da sede da entidade estudantil foram saqueados, as paredes pichadas e os móveis danificados. No mesmo dia, também na calada da noite, na cidade paulista de Guaratinguetá, a sede do Sindicato dos Químicos foi incendiada, com generalizados danos materiais. A Polícia Técnica constatou a presença de óleo combustível, o que é um claro indício de se tratar de atentado criminoso e premeditado. (Das sucursais)



Charles Fabiano, mais uma vítima



O monumento destruído a bomba em Volta Redonda: não é difícil identificar os autores, mas não há interesse



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Um bom começo da Frente Brasil Popular no Paraná

A campanha sucessória ganhou força no Paraná dia 25 último, com o lançamento da Frente Brasil Popular no Estado. A presença do candidato Luís Ignácio Lula da Silva em Curitiba permitiu uma ampla divulgação do programa da frente num ato político que contou com numerosa participação, superlotando as dependências do Colégio Estadual do Paraná desde a manhã até a noite, apesar do feriado e do frio intenso. A programação foi encerrada com um jantar de adesão no bairro de Santa Felicidade, com 1.650 pessoas que contribuíram financeiramente para a campanha no Paraná.

As atividades do dia 25 foram marcadas pela combatividade e unidade política. Elas visaram aglutinar numerosos segmentos da população organizada em defesa da candidatura Lula e do programa da Frente Brasil Popular. Pela manhã representantes dos quatro partidos que integram a frente — PT, PCdoB, PSB e PV — debateram com o público o programa da FBP, enquanto Lula dava entrevista coletiva à imprensa. À tarde uma plenária sindical lotou o auditório do colégio para debater com Lula sobre a atual política econômica e seus compromissos, como candidato da Frente Brasil Popular, com os trabalhadores. Um manifesto de apoio à FBP foi assinado por cerca de 300 dirigentes de entidades sindicais que compareceram ao debate chamados pelos organizadores da frente no Estado e estimulados pela CUT e Corrente Sindical Clássica, que dirigiu a mesa da plenária.

Lula e os demais oradores falaram sobre a campanha antioperária patrocinada pelo governo e pelas Forças Armadas, as ameaças à democracia e o espírito de entusiasmo que a unidade dos partidos da frente desperta nos trabalhadores.

Para o candidato à Presidência da República pela Frente Brasil Popular, que se comprometeu com a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a distribuição da renda, a elevação dos salários e o atendimento das demandas sociais, "o governo inverte a situação para obter resultados com as greves, acusando-as de baderna. Mas greve não é baderna. Baderna é o governo saber que uma categoria profissional realiza serviços essenciais e não lhe assegurar salários à altura. Baderna é o presidente da República ir à televisão dizer mentiras".

Importância da vitória

Lula lembrou ainda os participantes da plenária da importância destas eleições. Segundo ele, a nação vive um momento decisivo, em que pela primeira vez os partidos de esquerda se unificam, não tendo cabimento nenhuma mesquinha que possa inviabilizar a frente. Ele conclamou a militância a agarrar a tarefa eleitoral com força.

Foi o ato de lançamento da Frente Brasil Popular no Paraná, ao final da tarde, que culminou a visita de Lula a Curitiba. O presidente do Diretório Regional do PCdoB no Paraná, Jorge de Souza, defendeu em seu discurso a união das esquerdas, que tem "significado tático e estratégico". Ele lembrou que "esta frente materializa um desejo e uma necessidade do povo brasileiro, que luta pela emancipação econômica, social e política". O presidente do PCdoB paranaense disse ainda que "os avanços obtidos até o momento têm levado os militares e as classes dominantes a temerem não só a derrota na sucessão, mas a crescente revolta popular". Enfático, Jorge de Souza concluiu: "eles estão morrendo de medo que nós, ao lado do povo, possamos conquistar um governo popular com base num grande movimento de

massas. Por isso estão ameaçando com cartas, bombas e pronunciamentos. Mas não devemos recuar. É necessário manter a luta, as greves, as manifestações e ganhar cada vez mais o povo para novas batalhas".

Unidade contra boicote

O ato contou com a participação das entidades sindicais que tinham realizado a plenária e ainda com entidades populares, de mulheres, de moradores, de estudantes universitários e secundaristas, além de vereadores, prefeitos de cidades interioranas e deputados estaduais. Lula reafirmou a denúncia ao boicote à sua candidatura e à Frente Brasil Popular feito pelas classes dominantes através do monopólio exercido sobre os meios de comunicação, ao passo que promovem os candidatos da direita.

O candidato da Frente Brasil Popular lembrou, no entanto, que quem soma a militância mais organizada e aguerrida são os partidos que compõem a frente.

As bandeiras do PT, do PCdoB, do PSB e do PV mais uma vez tremularam e simbolizaram a emoção dos trabalhadores e dos jovens, chegados em caravanas organizadas, como a dos metalúrgicos de Paranaguá e Curitiba, fumageiros da Philip Morris, sem-terras do Oeste, Sudoeste e Norte pioneiro, pequenos agricultores de diversas regiões, operários da construção civil, bancários e servidores públicos.

A presença de Lula em Curitiba deu novo impulso à militância e criou no Paraná as condições para fazer a campanha avançar. Permitiu também aos quatro partidos da frente alicerçar a unidade através de ações comuns durante três semanas de convocação do ato e da política plenária de sindicalistas. Nessa prática o povo vai aprendendo a construir a sua unidade.

Amaldo Alves



Lula denunciou o boicote dos meios de comunicação à sua candidatura.

NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

“Veja” e “Fantástico” fazem dupla de área contra interesses nacionais

Clóves Wonder

Quem prestar atenção nas matérias especiais do “Fantástico” e as da revista “Veja”, notará uma incrível coincidência de interesses. Uma perfeita dupla de área contra os interesses nacionais e em prol das mais diversas falcaturas. Se o José Itamar de Freitas, editor do “Fantástico”, senta-se com o José Roberto Guzzo, da “Veja”, toda semana para arquitetar as coisas ninguém sabe. Ou se Roberto Marinho liga para o Roberto Civita para combinar a trama.

Há um mês a “Veja” fez uma grande matéria contra o uso de antidistônicos pelos brasileiros. No mesmo domingo, o “Fantástico” fez matéria idêntica sobre o medicamento. O detalhe é que o mercado de antidistônicos no Brasil é dominado em grande parte pelos laboratórios farmacêuticos nacionais, um dos quais, depois da verdadeira campanha feita por “Veja” e “Fantástico”, teve que pedir concordata, para alegria das multinacionais, que já dominam 87% do mercado nacional de medicamentos.

Duas semanas depois foi a vez de “Veja” e “Fantástico” fazerem outra campanha, agora contra os medicamentos e produtos naturais, também fabricados por laboratórios de capital nacional. Fica clara a manobra dos dois veículos de comunicação com os grandes laboratórios multinacionais para destruir as empresas brasileiras e tomar conta totalmente do mercado.

Mas além de manobras deste tipo, pagas a peso de dólar-ouro, há os lobbys dos construtores que conseguiram em Curitiba e depois no “Fantástico” a abertura de uma campanha sobre as rodovias brasileiras, segundo

eles necessitando de reformas urgentes. É verdade que essas reformas são necessárias, mas as construtoras não precisavam gastar tanto dinheiro nesses dois veículos de comunicação para provar isso. Enfim, matérias especiais na revista do Civita e no programa do Roberto Marinho nunca tratam com profundidade as grandes questões nacionais, mas defendem interesses dos mais escusos, além de atacar pessoas que não são do bom grado de seus proprietários ou elogiar políticos e empresários com quem os dois mantêm negociações.

A Folha mudou

A “Folha de São Paulo” tirou os fios verticais entre matérias, diminuiu o tamanho dos textos e trocou a tipografia do jornal, aumentando os tipos. De nada adiantou, o jornal continua superficial e sem as reportagens e pesquisas que dão profundidade aos noticiários. Continua um “releação” mal feito.

Tanto é que no dia posterior à manifestação dos professores paulistas em greve, que terminou num verdadeiro massacre cometido pela polícia do Quêrcia, a primeira página estampava a foto do “casamento do empresário de botequins”, José Victor Oliveira, com a jogadora de basquete, Hortência.

Um jornal de 5 milhões de dólares

O Tarso de Castro noticiou semana passada em sua coluna na Folha da Tarde, mas não deu nomes aos bois. O candidato Fernando “Orloff” Collor de Mello teria “emprestado” ao Jornal do Brasil, envolto em grave crise econômica, a módica quantia de 5 milhões de dólares. Mas o jornal não estampa todos os dias o homem dos marajás em suas páginas nobres.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

As elites brasileiras ainda procuram o "seu Menem"

José Reinaldo Carvalho

"Onde está o nosso Menem?" — perguntam aflitos setores considerados esclarecidos das elites nacionais. Sugerem que o "nosso homem de suíças" poderia aparecer aqui com a careta de um Jânio, um Ulysses, um Collor ou um Brizola. Melhor seria formular a pergunta em termos mais diretos e inteligíveis para o grande público, que pretendem manter desnordeado pela desinformação — "Onde está o nosso anti-Lula?"

A marcha dos acontecimentos na luta sucessória em curso, muito mais pelos sinais de inquietação provenientes de baixo do que pelos índices (até agora tão precários e tão pouco ilustrativos) das pesquisas dos ibopes, vai mostrando cada vez com maior nitidez que não só "o nosso Menem" é difícil de ser encontrado, mas também, se fosse, de nada adiantaria. A evidência maior do atual quadro político, cristalizada na corrida sucessória,



é que o Brasil não quer, porque não suporta, "salvadores da pátria", portadores de muitas promessas e nenhuma solução. A inclinação do eleitorado para a esquerda, embora não seja linear, é a um só tempo fenômeno e tendência reais, provocados pelo caráter estrutural da crise e pelo esgotamento de todas as soluções até aqui apresentadas pelas classes dominantes, seja através dos generais, seja dos democratas de ocasião, seja dos populistas ou dos oligarcas maquiados.

No começo do ano, "nosso Menem" poderia ser um Sílvio Santos (era o que diziam as pesquisas) ou um Antônio Ermírio (assim queria a burguesia "esclarecida"). Hoje ninguém fala deles. Agora Jânio, no seu velho estilo histriônico, alegando motivos de saúde, anuncia sua retirada do páreo, embora deixe entreaberta a porta para um retorno — "Estou pronto a colaborar se a Nação reencontrar-se a si mesma" — assim termina sua "Carta aos brasileiros".

Desmandos

Collor de Mello, depois da vertigem dos altos índices nas pesquisas, começa a expor sua verdadeira face ao eleitorado. Aos poucos vêm à tona as informações sobre os desmandos cometidos à frente do governo de Alagoas, acordos com usineiros, vinculações

com a Globo, mil e um laços com o que há de mais apodrecido entre as oligarquias. As alianças que vem compondo (ver matéria à página 7) vão mostrando que ele é mais um entre os iguais. Não tardará muito para o povo brasileiro perceber que "collorir" é continuar vendo o negro no horizonte.

Ulysses Guimarães dispõe de poderosa máquina, assentada nos governos estaduais e nas prefeituras controladas por seu partido. Mas o velho cacique não tem mensagem, ainda não juntou todos os cacos à sua volta e pode até ser "cristianizado" por setores do PMDB. Não consegue decolar, embora não seja desprezível seu poder de cooptação pelos descaminhos do fisiologismo.

A candidatura do PFL (de Aureliano Chaves) vive momento de crise. Depois da encenação das prévias o partido rachou de alto a baixo. Suas fileiras tendem a se pulverizar na adesão a diversas candidaturas, sempre pela direita.

Outro que não consegue alçar vôo é o "tucano" Covas. Porta-voz de uma mensagem ultrapassada, preconizando teses conservadoras e engolfado numa disputa sem princípios pela vice, o "tucano" patina na pista. Algumas defecções já se pronunciam, como no caso da Dirce Tutu Quadros.

Caso patético

Mas um dos casos mais patéticos de desesperada tentativa de ser "o nosso Menem" é a candidatura do caudilho das coxias, Leonel Brizola. Envolvido por composições de todo tipo com oligarquias, cortando apoios de legendas de aluguel como o PTB, bajulando os militares, aliando-se

com Luis Medeiros, expressão maior do sindicalismo de direita e investindo contra reivindicações históricas do povo brasileiro, o candidato a tiranete expõe sua face de demagogo e procura credenciar-se como o homem do centro e do centro-direita. Depois de ter por diversas vezes reiterado sua intenção de não passar "calote" nos credores internacionais, o engenheiro investiu agora contra a reforma agrária. Disse que este termo está muito ideologizado e que a bandeira justa para resolver o problema da terra é a "colonização" — ou seja, uma mera política de assentamento, sem atingir o latifúndio, semelhante ao que fez o general Figueiredo. De sobra ainda ameaçou reprimir as ocupações de terras.

Brizola tem freqüentado as páginas dos jornais para trocar xingamentos com Fernando Collor. Mas realça em outras declarações que o seu alvo é o candidato da Frente Brasil Popular, Lula. Com mal disfarçado cinismo, alia-se ao coroda direita contra o líder operário. Diz que este "não está preparado" para assumir a Presidência. Provocador e presunçoso como sempre, oferece a Lula, "para adquirir experiência" um "cargo de ministro em meu futuro governo".

Lula cresce

Enquanto os candidatos do centro e da direita debatem-se em suas próprias contradições e fabricam fatos e índices, a candidatura da Frente Brasil Popular vai crescendo (ver matéria à página 5 sobre o lançamento da campanha no Paraná). A Frente Brasil Popular está atuando no sentido de pôr a campanha nas ruas, lançar núcleos em todo o país e criar um conselho composto por 50 representantes destacados da sociedade civil. Nos últimos dias foi formado o Comitê Parlamentar da FBP, coordenado por Maurílio Ferreira Lima (independente do PMDB), Plínio de Arruda Sampaio (PT), Henrique Sabóia (PSB) e Eduardo Bomfim (PCdoB), com a finalidade de obter adesões no Congresso Nacional.

Através de campanha insidiosa pela imprensa, que vai do boicote de informação à mentira pura e simples, as classes dominantes procuram semear a cizânia nas fileiras da frente, sugerindo sua divisão em torno da escolha do nome do vice. Sem dúvida, é questão delicada, que envolve um grande esforço de negociação. É certo que há alguns nomes disputando a indicação. O PCdoB, coerente com seu propósito de reforçar a unidade, abriu mão, desde sempre, de indicar um nome de suas fileiras (embora também os tenha). E não vota qualquer nome, como se divulga pela imprensa. A questão decisiva está em torno de duas personalidades respeitáveis — Antônio Houaiss, intelectual de re-



nome internacional, filólogo e enciclopedista, homem de idéias democráticas e um dos fundadores do PSB — e Fernando Gabeira, do PV, jornalista e escritor, líder de movimentos ecológicos no Brasil, fundador da legenda verde em nosso país.

A questão pode e deve ser resolvida, dentro dos princípios que nortearam a criação da Frente Brasil Popular e orientam sua ação — a unidade em torno de uma plataforma democrática, popular e progressista. O critério básico para a escolha do vice continua sendo o de encontrar um nome que agregue à candidatura da frente força eleitoral e possibilite ampliar a campanha junto a extensos setores políticos democráticos, sem alterar o perfil de esquerda da coligação.



Sinais de crise militar

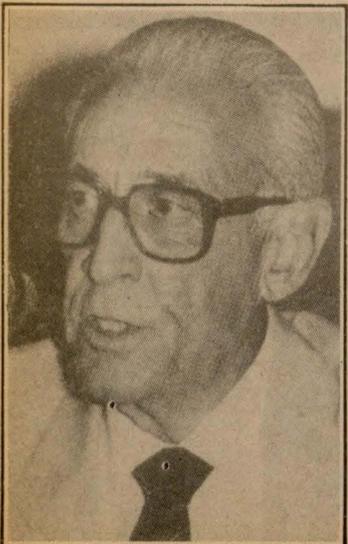
O governo Sarney está atravessando, nesses dias, a sua mais grave crise militar. No último dia 31 o general Euclides Figueiredo, homem da extrema-direita, irmão do ex-presidente Figueiredo, foi preso no Comando Militar do Leste (no Rio), onde deverá permanecer dez dias. Também estava prevista a prisão do general Newton Cruz, ex-chefe da

Agência Central do SNI implicado no assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten. A punição ocorreu por determinação do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, a quem chamaram de "covarde".

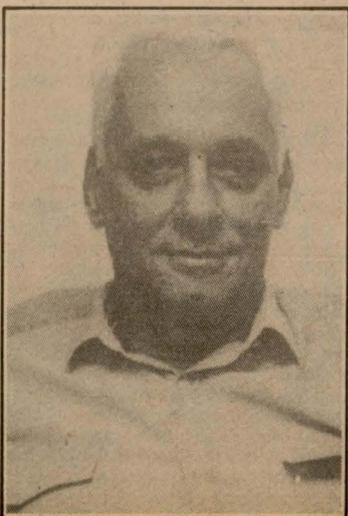
As considerações dos dois generais ao companheiro de farda e ministro de Sarney (em outras ocasiões classificado de "deslumbrado" e homem sem autoridade

por outros militares) é parte de uma ofensiva extremada da direita no meio militar. E tudo indica que conta com razoável base de apoio. Euclides Figueiredo utilizou o nada honroso adjetivo para reclamar de uma suposta "falta de solidariedade" do ministro do Exército ao general Cruz, que poderá ser submetido a júri popular por sua participação no ruidoso caso Baumgarten. O caso não é político, mas de polícia. De qualquer forma, a hipótese de um general sentado no banco dos réus — por maiores que sejam as evidências de sua implicação no assassinato do jornalista — irrita sobremaneira a mentalidade ta-canha de outros membros da casta militar, que se considera imune às normas prescritas a mortais comuns.

Euclides e Cruz receberam apoio de aproximadamente 20 oficiais da reserva. Eles subscreveram um abaixo-assinado que circulou na vila militar do Rio. Alguns estavam dispostos a se apresentar no Comando Militar do Leste para também ficarem presos, em solidariedade aos dois generais. Uma evidência de que a extrema-direita, inquieta, começa a movimentar os quartéis.



Euclides Figueiredo



Newton Cruz

O garoto preferido da direita

A direita brasileira, que ainda há pouco estava tonta e desarticulada para enfrentar a disputa sucessória, agora toma um rumo: a candidatura neojanista de Fernando Collor de Mello, o ex-governador alagoano que vem recebendo adesões sucessivas nos setores mais reacionários e conservadores da sociedade.

Collor faz questão de projetar a imagem do antipolítico e proclama-se candidato "sem apoio de caciques, nem de empresários, nem de militares". Mas a realidade — que já se manifesta em apoios públicos declarados, publicados nos jornais e não desmentidos — é que ele já tem acordos feitos com todos esses setores.

Ligações com Maluf

Suas ligações políticas e pessoais com o malufismo (interrompidas durante sua passagem pelo PMDB, de 85 a 87), foram retomadas com força ainda maior. Maluf, que foi padrinho do segundo casamento de Collor, em 83, já declarou que num segundo turno da eleição não hesitaria em apoiar Collor de Mello. E tem feito declarações de entusiasmada simpatia ao aliado, embora neste primeiro turno eles sejam concorrentes.

A primeira adesão ao PRN, partido do Collor, na Câmara Federal foi a do deputado Arnaldo Faria de Sá, ex-companheiro de chapa de Maluf na eleição para prefeito de São Paulo no ano passado. Faria de Sá notabilizou-se, nas últimas semanas, por ter sido o único membro do Congresso Nacional a subir à tribuna da Câmara para prestar apoio ao deputado Gustavo de Faria (PMDB), envolvido no caso de corrupção do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), sendo apontado como o maior responsável pelo escandaloso rombo nos cofres da instituição.

Os personagens que dão sustentação à campanha de Collor e comandam, nos bastidores, sua movimentação e os acordos políticos já permitem afirmar, a esta altura, que o ex-governador alagoano é hoje o centro das atenções da direita. No Rio de Janeiro, por exemplo, ele já conta com uma poderosa articulação de empresários comandada por seu ex-sogro baby Monteiro de Carvalho, do grupo Monteiro Aranha.

Bastidores

O grupo Monteiro Aranha, aliás, já tem um representante típico no comando da candidatura Collor no Rio: Mário Garnero, o ex-presidente da Brazilinvest, antigo aliado de Collor desde o tempo em que era presidente da Anfavea por influência de Monteiro de Carvalho. Garnero colocou seu fi-

lho na coordenação da campanha de Collor no Rio. E mais recentemente, o ex-governador de Alagoas recebeu a adesão em massa do PFL carioca, todo ele oriundo da Arena e PDS, partidos aos quais o próprio Collor se filiou ao iniciar a carreira política e pelos quais foi nomeado prefeito biônico de Maceió em 1979.

Outro personagem que atua nos bastidores em favor de Collor de Mello é o célebre major Heitor Ferreira de Aquino, ex-secretário particular do general Geisel e ex-coordenador da campanha de Maluf no Colégio Eleitoral em 84/85. Paulo Aquino, filho de Heitor, é o presidente do "PRN-Jovem" de Brasília.

A imprensa tem noticiado outros apoios e declarações de simpatia que colocam Collor em companhia do que existe de mais reacionário na política nacional. O capitão Jair Bolsonaro, que notabilizou-se por ser o principal planejador de um projeto de atentados a bomba no Rio de Janeiro no ano passado, já "colloriu" publicamente. Delfim Netto não esconde de ninguém a admiração pela candidatura de Collor. O general de pijama Newton Cruz, de triste memória para o povo brasileiro, declarou seu apoio, mas Collor, tacitamente, preveniu-se do desgaste que viria com esse apoio declarando que não o desejava. Mas não rejeitou outros apoios semelhantes, como o do general Jayme Portela, editor do ultradireitista jornal "Letras em Marcha", portavoz da linha dura das Forças Armadas.

Em Alagoas, a direita pulou em massa para o barco de Collor assim que a candidatura subiu nas pesquisas. Os usineiros e irmãos João Lyra (senador do PMDB e contraparente de Collor) e Carlos Lyra (que, em entrevista à revista "Veja", proclamou-se "o primeiro, o segundo e o terceiro homem mais rico de Alagoas") esqueceram velhas rugas para se unir em torno do candidato. Também não causaram estranheza as declarações a seu favor partidas do ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães. Collor de Mello tem estreitas ligações familiares com o empresário Roberto Marinho e o apoio de Magalhães pode ser decorrência de um iminente "apadrinhamento" da Rede Globo à candidatura do ex-governador.

Novo Jânio

A anunciada desistência de Jânio Quadros em disputar a presidência, conforme notaram alguns analistas políticos, pode ser resultado de acordo com Collor de Mello. Ele seria o herdeiro do jânismo — e isso também não surpreende ninguém, já que o estilo e o con-

teúdo ideológico de direita é o mesmo, ontem e hoje.

Outro poderoso grupo de empresários conservadores já declarou apoio a Collor de Mello pelo menos em intenções: é a chamada "Convergência Democrática", cujo presidente e porta-voz, Osiris Silva, disse que Collor tem "o perfil do candidato ideal" desse agrupamento de pesos-pesados da direita e do empresariado.

Ainda na área política, as adesões mais recentes ao PRN de Collor não deixam dúvida sobre o caráter direitista de sua candidatura. São oportunistas de todos os matizes, tranquilizados quanto ao fato de que, além de **slogans** e frases de efeito, Collor não representa risco algum para os privilégios das classes dominantes. O governador Burity, da Paraíba, um dos mais ferrenhos defensores do mandato de cinco anos para Sarney (chegou a defender seis anos) aderiu. O senador e latifundiário João Castelo saiu do PDS do Maranhão para apoiar Collor, junto com sua mulher, a ex-prefeita de São Luiz (também pelo PDS), Gardênia Gonçalves. O prefeito de Florianópolis, Esperidião Amim, também do PDS, entrou no mesmo barco.

Afora esses apoios declarados da direita mais emperdenida, neste início da campanha,

está fora de dúvida que, se eventualmente Collor chegar ao segundo turno e disputar com o candidato progressista dos partidos de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva, a direita acorrerá em massa para o lado do ex-governador. Paulo Maluf já deu pistas nesse sentido.

E o presidente da chamada União Democrática Ruralista (a famigerada UDR), também candidato Ronaldo Caiado, não pensou duas vezes para afirmar que, nessa hipótese, "não teria dúvida em pedir votos para Collor de Mello". (da sucursal de Alagoas)

Apoio de militares

Em Manaus (AM), onde realizou o seu primeiro comício, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, deixou também evidente a quem serve. Quando desceu no aeroporto de Ponta Pelada, o homem foi recepcionado pelos militares, que formaram uma proteção ao ex-governador alagoano, de tal maneira que mesmo a entrevista coletiva programada com os jornalistas acabou não ocorrendo. Collor recebeu o apoio de um oficial da Aeronáutica e declarou: "nós vamos ganhar esta base militar". Do mesmo modo ele foi recebido em Boa Vista com tropas do Exército colocadas a postos.

Ele ganhou, ainda, o apoio do proprietário de uma rede de comunicação — jornal "A Crítica", duas emissoras FM e um canal de televisão —, o

empresário Umberto Calderaro, e de outros empresários do Amazonas. Obteve também a adesão do vereador Mário Frota e do deputado Hamilton Cidade. O primeiro um oportunista, o segundo até há pouco pertencia ao PFL e foi um ferrenho defensor do governo Sarney.

Em Manaus, ao sair do aeroporto, Collor passeou em carro aberto pelos bairros mais carentes da cidade, em atitude populista e demagógica, acenando para a população. De algumas residências, o aceno foi respondido com cartazes de Lula. À noite, no comício, fez um discurso hipócrita e vazio posando de caçador de marajás e de candidato "independente", sem apresentar propostas concretas para a crise que o país vive. (Célio Oliveira, de Manaus).



As sucessões na história

1898-1906 — A oligarquia se consolida

José Carlos Ruy*

No governo Floriano Peixoto, diz o historiador Nelson Werneck Sodré (*História da Burguesia Brasileira*, cap. "A derrota da burguesia"), "o chefe militar e o seu grupo representavam o reformismo típico da classe média, interpretando o esforço da burguesia ascensional". Os florianistas e seus aliados, os republicanos jacobinos, eram radicalmente antimonarquistas, industrialistas, protecionistas (defendiam a intervenção do Estado em benefício da indústria nacional), favoráveis à ditadura militar como método para implantação das reformas que preconizavam para a sociedade brasileira e eram partidários de uma aproximação com os Estados Unidos. Alguns entre eles diziam-se preocupados com a sorte dos operários, defendiam a adoção de leis trabalhistas, combatiam a alta do custo de vida e queriam instrução primária pública e gratuita obrigatória (ver o livro de Suely Robles Reis de Queiroz, *Os radicais da República*, SP, 1986).

A subida de Prudente de Moraes à presidência não representou, num primeiro momento, um rompimento radical com os florianistas. Além de manter ministros da confiança do Marechal, o próprio vice-presidente, o baiano Manuel Vitorino Pereira, era um destacado florianista.

"As milícias de Floriano enchiam as ruas do Rio"

A luta entre as duas facções — a oligarquia cafeeira e os militares e republicanos radicais — não se concluiu com a conquista do poder pelos paulistas, e os florianistas continuaram tentando reocupar a presidência, principalmente entre novembro de 1896 e março de 1897, quando Prudente licenciou-se por motivo de doença, e o vice tentou, por todos os meios, afastá-lo definitivamente do governo. A disputa entre as duas facções não se limitava aos palácios; os florianistas organizavam-se e atacavam os monarquistas cariocas. Segundo o historiador Helio Silva, "enquanto milícias florianistas fardadas enchiam as ruas, a polícia desaparecia delas". Ao mesmo tempo, os florianistas acusavam Prudente de Moraes de entregar-se de mãos atadas aos monarquistas.

Prudente de Moraes, porém, seguiu uma política cautelosa e sistemática de fortalecimento do poder oligárquico e erosão de seus adversários. Ao mesmo tempo em que tornava mais sólidos os laços que uniam o poder federal às oligarquias estaduais, ele trabalhava pela diminuição do peso

das Forças Armadas na política. Propunha, ano a ano, a redução dos quadros militares; na mensagem presidencial de 1897, por exemplo, solicitou a diminuição do efetivo do Exército de 28 para 22 mil. Ao mesmo tempo, prestigiava os oficiais que se afastavam da política.

O atentado contra o presidente da República em 11 de novembro de 1897, cometido por um soldado que havia combatido na expedição que massacrara Canudos (em outubro daquele ano), criou as condições para Prudente de Moraes decidir a favor da oligarquia a disputa pelo poder aberta desde sua posse. O ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, morreu na ocasião, e Prudente conseguiu então que o Congresso aprovasse o Estado de sítio, obtendo poderes excepcionais para derrotar seus opositores. A candidatura de Campos Sales, presidente do Estado de São Paulo, havia sido lançada por Prudente de Moraes, para enfrentar a candidatura dissidente de Lauro Sodré, um florianista que havia sido presidente do Pará.

A vitória de Campos Sales consolidou as oligarquias

A vitória de Campos Sales foi tranqüila, e o segundo paulista a ocupar a presidência da República foi o artífice do esquema que, nas próximas décadas, daria o controle do poder federal às oligarquias: a "política dos governadores", um amplo acordo oligárquico no qual o governo federal se responsabilizava a respaldar as forças dominantes em cada estado, a troca de apoio dessas forças em nível federal. Prudente de Moraes havia aplainado o terreno ao afastar os "jacobinos" e disciplinar os militares. Campos Sales terminou a tarefa ao implantar o pacto coronelístico no qual, segundo suas próprias palavras, "a presunção, salvo prova em contrário, (era) a favor daquele que se diz eleito pela política dominante do respectivo estado". Ao mesmo tempo, Campos Sales tratou de criar as bases legais para que as elites estaduais afastassem qualquer ameaça oposicionista: criou a chamada "Comissão de Reconhecimento de Poderes" com a função de ratificar os resultados eleitorais, reconhecendo ou não a eleição de candidatos. Ela era formada pelo presidente da Câmara na legislatura anterior (e portanto afinado com o chefe do Executivo) e mais quatro membros escolhidos por ele. Conhecido como *degola*, esse mecanismo impediu sistematicamente a eleição de candidatos oposicionistas, chegando a cometer absurdos notáveis de

manipulação dos resultados eleitorais. Na presidência Rodrigues Alves, por exemplo, a Comissão "reconheceu" a eleição do Barão do Ladário para o Senado (que tivera 270 votos), degolando o candidato mais votado, Antonio Bittencourt (que tivera 7.334 votos!). A prova de que esse era um mecanismo amplamente aceito pela oligarquia está no fato de que fora o campeão do liberalismo brasileiro na época, o baiano Rui Barbosa, quem defendeu a falcatura. Rui Barbosa já havia sido, anos antes, o autor da proibição do voto ao analfabeto, uma restrição severa ao sufrágio universal: nas primeiras décadas da república, em consequência, o eleitorado ficou reduzido a apenas 6% da população.

Essa limitação ao direito de voto e a fraude institucionalizada introduzida pela degola juntavam-se a outras formas de manipulação eleitoral derivada diretamente do poder oligárquico, como o voto de curral (aquele em que o fazendeiro fazia conduzir seus trabalhadores aos locais de votação, forçando-os a votar nos candidatos da oligarquia), o voto de cabresto (aquele em que, na cidade ou no campo, era obtido por meio de favores ou dinheiro), e mesmo a fraude aberta como a falsificação de atas, voto fantasma etc. Esse sistema — onde o voto não era secreto — permitiu o domínio de oligarquias como os Neri, no Amazonas, os Lemos, no Pará, os Leite, no Maranhão, os Pires Ferreira, no Piauí, os

Acioly, no Ceará, os Rosa e Silva, em Pernambuco, os Caiado (avós do líder da UDR, Ronaldo Caiado), em Goiás, dos Murinho, em Mato Grosso — isso para não falar de estados como São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, mais adiantados e onde os mecanismos de dominação oligárquica eram mais sofisticados e diluíam-se por um número reduzido de famílias, ao invés de concentrar-se em apenas um ou outro patriarca.

O sistema implantado por Campos Sales era dominado pelas duas oligarquias mais poderosas, as de São Paulo e de Minas Gerais, secundados por Rio Grande do Sul e Bahia. Esse sistema de alianças ficou conhecido como "política café-com-leite", e permitiu que, dos onze presidentes eleitos diretamente na República Velha, seis fossem paulistas, três mineiros e apenas dois de outros estados. Além disso, após Floriano Peixoto, todos os presidentes — com exceção de Hermes da Fonseca e Getúlio Vargas, cujos mandatos surgiram da união Minas-Rio Grande do Sul — surgiram da aliança entre paulistas e mineiros.

Esse período corresponde à aliança "café-com-leite"

Campos Sales não teve dificuldades em "eleger" seu sucessor, o também paulista Rodrigues Alves, latifundiário em Guaratinguetá (SP), jornalista e antigo chefe político do Partido Conservador sob o

Império — um monarquista, portanto. Rodrigues Alves — e seu ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões — aprofundaram a política antiprotecionista e antiindustrialista de Campos Sales, consolidando o liberalismo econômico favorável aos grandes fazendeiros e ao grande capital mercantil, e eliminando de vez as veleidades protecionistas e industrialistas preconizadas pelos jacobinos e pelos florianistas. A sucessão de Rodrigues Alves também foi tranqüila, embora precedida por uma ligeira disputa oligárquica: quatro candidatos apresentaram-se, os paulistas Campos Sales e Bernardino de Campos, o baiano Rui Barbosa (que tinha ligações com a elite paulista) e o gaúcho Pinheiro Machado. A disputa foi resolvida com a indicação do vice-presidente, o mineiro Afonso Pena, como candidato, aceito por todos os setores oligárquicos.

Essa monotonia, que durou desde Campos Sales até a eleição de Afonso Pena (de 1898 até 1906, portanto), não foi aceita pacificamente pela oposição. Ao lado da criação dos mecanismos políticos para consolidar seu domínio, a oligarquia implantou também uma política econômica favorável a seus interesses, impondo programas de austeridade financeira recomendados pelos credores externos (como o programa de saneamento financeiro implantado pelo monetarista Joaquim Murinho, sob Campos Sales e Leopoldo de Bulhões, sob Rodrigues Alves) e, principalmente, completando a liquidação da política de proteção à indústria nacional dos primeiros governos republicanos. O assalto contra essa política começou a ocorrer com Prudente de Moraes, e foi completado por Campos Sales e Rodrigues Alves, inspirado pela idéia de que o Brasil devia seguir sua vocação agrícola abandonando as atividades industriais — uma ideologia que soldava a aliança de interesses entre os grandes fazendeiros, o grande capital mercantil de exportação e importação e o imperialismo.

O conflito econômico entre esses interesses das classes dominantes aliadas ao imperialismo, e os interesses dos grupos nacionais que dependiam do mercado interno e de uma política protecionista juntava-se com a luta política contra a fraude eleitoral e o domínio das oligarquias. Isto animou a cena brasileira durante toda a República Velha, tornando-se transparente em todas as crises que envolveram as disputas pela presidência da República.

* Cientista político, redator do jornal "Retrato do Brasil" e colaborador da Classe.



Campos Sales. Óleo de Oscar Pereira da Silva. Museu Republicano.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Dois anos da morte de Paulo Fontelles

Estado protege os assassinos

Premiados pela conivência do governo do Estado e da Justiça, executores e mandantes da morte de Paulo Fontelles continuam à solta, promovem novos assassinatos e prometem continuar liquidando líderes da luta pela reforma agrária.

Neuton Miranda*

Onze de junho de 1989 será um dia de luto para o movimento popular e para os defensores da reforma agrária no Pará e em todo Brasil. Dois anos transcorridos após o assassinato de Paulo Fontelles, advogado de posseiros e dirigente regional do PCdoB, nenhum dos envolvidos no caso encontra-se preso. A pressão dos familiares de Paulo e das forças progressistas do Estado conduziu à identificação de vários dos executores, dos organizadores e dos mandantes do crime. A morosidade cúmplice do Poder Judiciário e a conivência aberta do governador Hélio Gueiros, no entanto, impediram que qualquer dos implicados fosse punido até hoje. Encorajados pela impunidade, o latifúndio e a UDR promoveram novos atentados. O mais notório deles ceifou no fim de 88 a vida do ex-deputado João Baptista, do PSDB.

Onze de junho de 1989 será um dia de luta para o movimento popular e para os defensores da reforma agrária no Pará e em todo o Brasil. Por não aceitarem o manto de impunidade com que os conservadores pretendem cobrir o caso Paulo Fontelles e outros atentados criminosos contra a luta do povo e a democracia, dezenas de entidades paraenses, mais os partidos políticos progressistas organizados no Estado promoverão uma manifestação política no Cemitério Santa Isabel. Um dia depois reúnem-se, em sessão solene na Assembléia Legislativa, com o Centro Independente de Advogados e Juizes, uma entidade internacional que luta contra os desrespeitos aos direitos humanos praticados em nome da "justiça". O povo paraense sabe que apenas em sua própria organização repousam as esperanças de esclarecer em detalhes cada um dos casos, e de colocar na cadeia os envolvidos.

Nos últimos dez anos, os latifundiários cometeram mais de 400 assassinatos no Estado do Pará. As vítimas são traba-

lhadores rurais sem-terra, sindicalistas, advogados, religiosos, parlamentares e políticos que apóiam a reforma agrária. Até mesmo crianças e mulheres grávidas têm sido atingidas pela barbárie da pistolagem a serviço do latifúndio.

Apesar de tantos crimes, apenas um pistoleiro encontra-se preso, esperando julgamento pelas dezenas de assassinatos que cometeu. É o famigerado Sebastião da Terezona. Nenhum mandante está preso.

Capangas armados já seguem alguns dos marcados para morrer

Dizer que há omissão e conivência das autoridades com a violência dos latifundiários não é suficiente. A Polícia Militar do Estado tem realizado centenas de prisões de trabalhadores rurais. Tem roubado. Tem espancado. Tem estuprado mulheres. Tem assassinado. Os juizes, salvo honrosas exceções, não vacilam em dar ordens de despejos, muitas eivadas de falhas no que diz respeito à própria legislação, que por si só já é favorável aos latifundiários. O governador do Estado tem declarado reiteradas vezes que é impotente para coibir a violência. Defende arduosamente a ação da polícia, e repudia a cobrança da punição dos assassinos, feita inclusive por entidades como a Anistia Internacional.

Os anos de 1985 e 1986 registram um maior número de mortes. São os dois primeiros anos de um governo que iniciou falando em realizar uma reforma agrária, o que levou de um lado ao aumento das ocupações de terras devolutas e improdutivas, e de outro à intensificação da violência para expulsar os posseiros das terras que ocupavam. Nessa época cresce em muito o número de milícias armadas. É criada a UDR.

Com o surgimento da UDR começam a ocorrer os assassinatos seletivos, de caráter eminentemente político, desvinculados de um conflito fundiário localizado. São feitas as listas dos marcados para morrer, buscando-se atingir as princi-

pais lideranças dos camponeses.

Em consequência da impunidade dos crimes que cometem, os latifundiários não vacilam em recorrer à violência, seja nos conflitos localizados, seja na luta mais geral que envolve a questão fundiária.

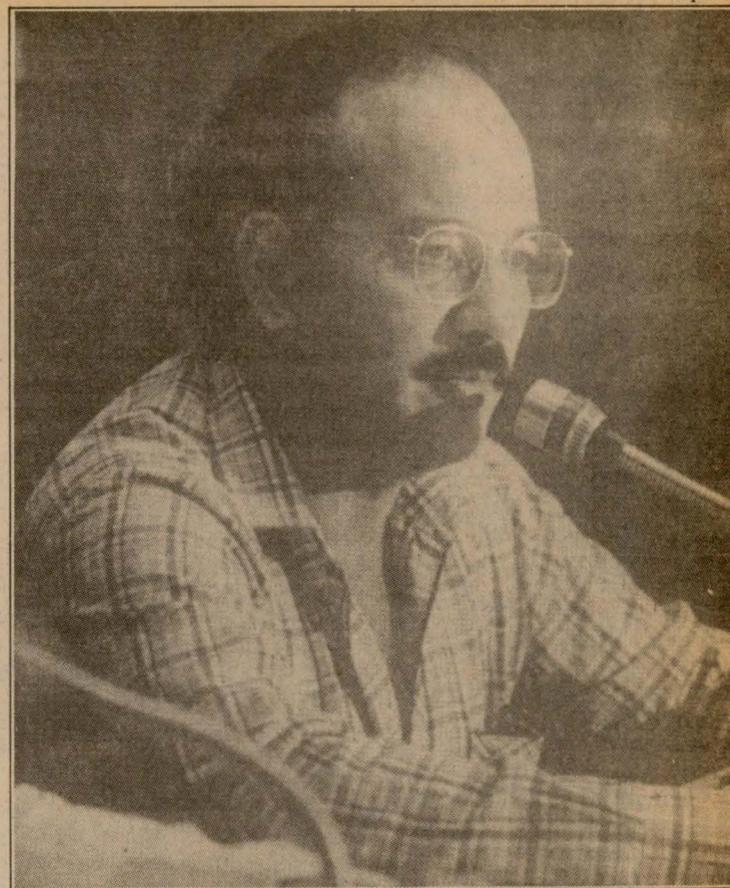
Entre 85 e 86 surge a UDR. As mortes se multiplicam

A lista dos ameaçados de morte é grande e constantemente é ampliada. Dela fazem parte parlamentares, advogados, religiosos, jornalistas, sindicalistas. Os casos mais graves, mais recentes e que envolvem grande número de militantes comunistas, são os seguintes:

1. **Vereadora Socorro Gomes**, a mais votada em Belém nas eleições de 1988. Já vem sendo ameaçada desde 1984, quando atuava no município de Vizeu, uma área com milhares de posseiros e onde já ocorreram dezenas de mortes. Seu nome consta de uma lista denunciada por Paulo Fontelles em 1985. A maioria dos que constavam da lista foram eliminados, incluindo o próprio Paulo. Recentemente surgiram informações dando conta que a UDR já havia montado um complot para assassiná-la até junho, mês do segundo aniversário do assassinato de Fontelles. Há poucos dias Socorro foi seguida por três homens em um carro. Pessoas suspeitas já andaram procurando informações sobre ela nas vizinhanças onde reside.

2. **Expedito Ribeiro de Souza**, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. Em março último foi abertamente ameaçado por três fazendeiros que estão em litígio com posseiros. O sindicato está respondendo a processo em Conceição do Araguaia, acusado de fomentar invasões de terras.

3. **José Alves de Paula**, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara. Tem recebido constantes ameaças. Já fizeram disparos de arma de fogo na porta de sua casa, no ano passado.



Fontelles, assassinado em 11/6/87. Vários implicados no crime foram identificados, mas todos continuam soltos.

Paulo Fontelles poeta

Poesia inédita, manuscrita por volta de 1986 e compilada por Neuton Miranda

*Busco a vida, a liberdade e a justiça social
O fim da exploração do homem pelo homem
O dealbar, a aurora, de uma nova era para a humanidade
Sem ódios, sem fome, sem guerra, sem tristeza
Busco a felicidade*

*Poderão, alguns, a mim me chamar de utópico
E novamente me socorreria do poeta chileno:
"O que fazer, se não colocar um pouco de esperança sobre os ombros?"*

Cinismo na Justiça: o ameaçado responde processo por calúnia

4. **Francisco do Amaral Teixeira, o "Perereca"**, presidente do Diretório Municipal do PCdoB em Curuçá. Foi ameaçado de morte após a depredação da sede de uma fazenda e o abate de dezenas de reses por camponeses, em resposta ao assassinato de um lavrador, cometido pelo dono da fazenda.

Além destes também já foram ameaçados:

* **Ernânio Fernandes de Oliveira**, presidente do Diretório Municipal do PCdoB em Altamira.

* **Benvinda Maria de Assis**, assessora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara.

* **Ronaldo Giusti**, advogado, membro da OAB seção Marabá e presidente do Diretório Regional do PCdoB no município. Foi abertamente ameaçado durante a campanha eleitoral do ano passado, em função das denúncias que fez sobre os crimes de latifundiários da região.

* **Eraldino Cavalcante**, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara. Passou mais de um mês preso no fim de 1987, acusado de ter participado da morte de um soldado da Polícia Militar.

* **José Gonçalves Pego**, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara. Foi ameaçado de morte, com pistoleiros rondando sua casa.

* **Talmon Enock e Edimilson Silva**, sindicalistas de Santana do Araguaia. Ameaçados de prisão e morte, foram obrigados a passar semanas refugiados fora do município.

* **Neuton Miranda**, presidente do Diretório Regional do PCdoB no Pará. Já foi seguido por dois homens. No ano passado, às vésperas das eleições, foi procurado por dois pistoleiros. Está respondendo a processo movido por Joaquim Fonseca, um dos mandantes do assassinato de Paulo Fontelles. Fonseca o procurou em sua casa em Xinguara.

* **Presidente regional do PCdoB no Pará.**

“Expurgar o fisiologismo do movimento comunitário”

Arquivo

Vladimir Dantas, candidato à presidência da Conam, apresenta suas teses para o congresso da entidade, e propõe luta aberta contra os “líderes” comunitários que atuam com base na troca de favores com o governo Sarney.

Entrevista a Carlos H. Vasconcelos*

“Uma Conam com marca de combatividade, mobilizada permanentemente em defesa dos direitos do povo. É um movimento comunitário livre do fisiologismo”. São estas as propostas básicas que Vladimir Dantas, atual presidente da Federação Paraibana de Associações Comunitárias — Fepac — deseja ver vitoriosas no IV Congresso Nacional das Associações Comunitárias, que se realiza entre 9 e 11 deste mês no Rio de Janeiro.

Com atuação destacada no movimento comunitário nacional e particularmente no Nordeste, onde exerce uma liderança de massa reconhecida até por seus adversários, Vladimir concorre agora à presidência da Confederação Nacional das Associações de Moradores — Conam. Apóia-se numa plataforma que destaca a necessidade de uma reforma agrária ampla, massiva e que ponha fim ao latifúndio, “como forma de frear a evasão das populações do campo para a cidade, onde terminam habitando as favelas e agravam o caos social”.

No último dia 29 de maio, Vladimir interrompeu por alguns minutos suas atividades na preparação do congresso para conceder a seguinte entrevista à Classe Operária:

“Setores comandados pelo governo querem impor o fisiologismo”

Classe: Que perspectivas você vê para o IV Congresso da Conam?

Vladimir: A expectativa de todos que fazem um movimento comunitário consequente e voltado para os interesses da população é que o congresso venha a varrer a prática fisiológica e assistencialista que os setores reacionários, comandados pelo governo Sarney, querem impor ao movimento comunitário. Quero crer que nós conseguiremos cada vez mais cumprir um papel de representar os anseios do povo brasileiro nos diversos municípios do país, pela conquista de seus direitos a uma vida digna, livre da opressão, da marginalização, da falta de moradia, saneamento, escola e trabalho.

Classe: Quais as propostas que serão apresentadas por es-



Vladimir: “O movimento precisa se lançar em grandes mobilizações de massa”

te segmento do movimento comunitário do qual você faz parte?

Vladimir: O IV Congresso deve ter uma marca de combatividade, firmando o movimento comunitário para pressionar com grandes mobilizações pelo direito a moradia, pela estatização do transporte coletivo e por amplas reformas na vida do país, abordando aspectos como educação, ocupação do solo urbano, reforma agrária e o não-pagamento da dívida externa. Essas lutas devem servir para a politização das massas, no sentido do avanço da democracia, inclusive assegurada através das constituintes estaduais e da discussão das novas Leis Orgânicas para os municípios. O combate ferrenho aos atos de corrupção, aos desmandos existentes na administração pública e pela moralização e desburocratização dos órgãos públicos são também tarefas a serem enfrentadas.

“Exigir de cada candidato compromisso com reformas profundas”

Classe: Como você acredita que o IV Congresso possa cumprir este papel?

Vladimir: O congresso deverá aprovar um programa de lutas que coloque o povo nas ruas contra essa situação insuportável, fazendo com que o movimento comunitário dê um salto de qualidade no sentido da combatividade e da democracia, fundamentais para a conquista dos direitos do povo.

Classe: Em relação à sucessão presidencial, que posicionamento deve ser adotado pelo congresso?

Vladimir: O IV Conam deverá se posicionar de maneira contundente, aprovando uma

plataforma cujo cumprimento será exigido publicamente de todos os candidatos. Para o movimento comunitário qualquer candidato que se coloque contra os interesses do povo será denunciado ao conjunto das comunidades do país. É inadmissível um retrocesso no atual momento político. O candidato do nosso movimento deve ter um perfil progressista, para que possa se inte-

grar na luta do povo e avançar na luta por uma sociedade sem explorados nem exploradores.

“Uma diretoria sem os que se aliam à política de Sarney”

Classe: Como levar as propostas aprovadas ao conjunto das associações de moradores?

Vladimir: A nova direção da Conam, que será eleita no Con-

gresso, precisa assumir o compromisso de percorrer todo o Brasil, através das 20 mil associações existentes, esclarecendo e fazendo um chamamento a uma mobilização nacional em torno das propostas progressistas que norteiam a luta popular em curso no país. Nossa entidade deve ocupar praças públicas, apresentar nossas reivindicações, promover campanhas nacionais de mobilização, denunciar o déficit habitacional, a precária saúde do povo, a falta de escolas. Enfim, clamar por justiça e pelo fim da miséria, apontando os responsáveis por este quadro e propondo uma nova ordem, com um governo democrático e popular.

Classe: Que perfil deve ter a nova diretoria da Conam?

Vladimir: Entendemos que o congresso reafirmará as decisões tomadas nos últimos meses pela entidade, de expurgar pessoas com práticas fisiológicas. Sendo assim, a nova diretoria deverá reunir os verdadeiros militantes comunitários, baseando-se na sua representatividade e retirando de seu seio setores direitistas, ligados à política do governo Sarney.

* Correspondente da “Classe” no Rio de Janeiro.

UJS-BA faz congresso em Salvador

Entre os dias 13 e 14 de maio foi realizado o II Congresso Baiano da União da Juventude Socialista (UJS). O campus da Universidade Católica de Salvador, que abrigou cerca de 200 jovens durante o evento, foi palco de importantes discussões sobre temas como voto aos 16 anos, sucessão presidencial, ecologia, educação, drogas e sexualidade.

Para a juventude presente, a orientação principal do congresso foi jogar a campanha do voto aos 16 anos nas ruas, mostrando o papel do jovem na efetivação das mudanças tão necessárias e urgentes ao país.

A UJS está organizada em 25 municípios baianos, sendo que 20 participaram do congresso. Campanhas ambientalistas patrocinadas pela entidade estão a todo vapor em cidades como Jequié e Itapetinga. O congresso estadual teve em sua abertura uma palestra com Vinícius Lelis Costa, baiano recém-chegado da Albânia, onde residiu por dois anos e meio. Vinícius abordou o socialismo nesse país, ressaltando as boas condições de vida

da população. “O povo albanês vive feliz porque lá não existe fome, e o direito à educação e à saúde é para todos, sem discriminação”, afirmou o palestrante.

O ponto alto do congresso foi o debate sobre ecologia. Para isso, a UJS trouxe de Brasília o jornalista Jaime Sautchuk, que abordou os problemas da floresta amazônica. Sautchuk propôs uma urgente mobilização nacional em torno da defesa da floresta. “O Banco Mundial e o FMI financiam os grandes projetos na região, para internacionalizá-la cada vez mais”, afirmou o jornalista.

A favor do progresso

Após as discussões foi exibido o filme “Balbina, destruição e morte”, com roteiro e direção de Sautchuk. A obra mostra a mais nova hidrelétrica da região, que destrói uma enorme área de floresta para uma produção insignificante de energia. “Não somos contra o desenvolvimento do país. Somos contra um tipo de multinacionais, que não servem para o povo brasileiro”, frisou Jaime

Educação também teve seu destaque no congresso. A UJS lutará, junto com o Movimento de Defesa da Escola Pública, para garantir a destinação de verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas. Além disso, o encontro aprovou a defesa da implantação das disciplinas sociologia, ecologia e filosofia nos cursos de 1º e 2º graus. A UJS também vai pressionar a Constituinte estadual para que seja aprovado projeto do deputado Luís Nova (PCdoB) que garante meia entrada aos estudantes em cinemas, teatros, estádios e similares.

Ao final foi eleita a nova coordenação estadual, composta por 16 jovens. O novo coordenador geral, José Caires, afirmou à Classe que a proposta básica da nova direção é colocar nas ruas a campanha do “voto aos 16 anos”. “Iremos percorrer todas as escolas e municípios baianos conscientizando a juventude de seu voto para descartar a possibilidade de dos direitistas permanecerem no poder”, garantiu.





Nossa Amazônia Ameaçada — VI

Uma região fora dos trilhos

Jaime Sautchuk*, especial para a Classe

A polêmica a respeito da construção de uma rodovia ligando o Acre ao Peru põe em debate a política de transportes para a Amazônia. A região adotou, como todo o país, um modelo baseado na construção de rodovias, quando as condições brasileiras indicam uma indiscutível vocação ferroviária.

O polêmico prolongamento da rodovia BR-364 de Rio Branco, no Acre, a Lima, no Peru, é assunto que precisa ser levado à apreciação do Congresso Nacional. Essa posição é defendida pelo Movimento dos Povos da Floresta, que inclui seringueiros e outros trabalhadores rurais e índios, através da União das Nações Indígenas (UNI). E é a mais sensata. Uma obra dessa dimensão, que terá profundo impacto sobre a Amazônia, não pode ser construída da mesma forma que está ocorrendo com outros grandes projetos e que, no passado, aconteceu com monumentos como a Transamazônica.

O primeiro aspecto que se observa nessa rodovia é o envolvimento internacional. A parte já construída, a partir de Cuiabá, no Mato Grosso, foi financiada pelo Banco Mundial (Bird). Foi uma encrenca danada. A estrada cortou terras indígenas e fez parte do desastroso Programa de Desenvolvimento Regional do Noroeste (Polonoroeste), também financiado pelo Bird.

Japão quer a estrada para comprar grãos a preço baixo

Agora que virou "defensor" do meio ambiente, o BIRD não quer mais financiar a rodovia. O governo do Japão se ofereceu para financiá-la e chegou a formalizar uma proposta durante a recente visita do presidente José Sarney àquele país. Diante da repercussão do fato, o Japão acabou voltando atrás. Mas torce para que a estrada saia. Com se sabe, o Japão é um país pequeno, que produz pouco grão. Depende dos Estados Unidos e da União Soviética e considera isso um perigo do ponto de vista estratégico. O Japão precisa de opções.

É essa a razão pela qual a **Japan International Cooperation Agency (JICA)** investe maciçamente no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), que financia a produção de grãos especialmente em Minas Gerais e Goiás. Os contratos de financiamento não condicionam a exportação da produção para o Japão, mas fica evidente que numa emergência haverá boa produção agrícola. Mato Grosso e Rondônia também viraram importantes produtores agrícolas. Só que estão lon-

ge dos portos. E os portos, longe do Japão. Uma saída para o Oceano Pacífico, via Peru, seria ótima para isso, pois encurtaria distâncias e o custo do frete.

O prolongamento da BR-364 não deve, contudo, ser visto apenas por esse ângulo. Os brasileiros, de um modo geral, conhecem mais da cultura, da economia e da política da Europa e Estados Unidos do que dos vizinhos latino-americanos. Pode-se argumentar que uma estrada dessa pode ampliar os laços do povo brasileiro com o peruano. Se bem que já há uma experiência pouco recomendável, com a BR-174 (Manaus-Caracas), que já levou mais de cem mil garimpeiros brasileiros a invadirem a Venezuela. Foram centro, inclusive, do recente e famoso episódio do desmatamento das cabeceiras do rio Orenoco, o principal daquele país, com a expulsão de brasileiros.

Há, também, o aspecto geopolítico. Os militares, tanto os brasileiros quanto os peruanos, vêem na estrada a possibilidade de controlar movimentos guerrilheiros que atuam na região, especialmente o "Sen-

dero Luminoso" e eventuais insurreições populares. Da parte brasileira, durante o regime militar, houve o início da implantação da rodovia Perimetral Norte, que percorreria toda a fronteira norte do Brasil, do Amapá ao Acre. O governo gastou bons milhões na estrada, chegando a construir duzentos quilômetros no Amapá, e abandonou o projeto. A construção começou na mesma época da Transamazônica que hoje é em boa parte intransitável.

A opção pela rodovia foi condicionada pelo capital externo

Surge, então, um dos aspectos mais importantes da questão. É o do modelo de desenvolvimento que se pretende aplicar para a região Amazônica. A história toda começou em 1956, com o início da construção da rodovia Belém-Brasília. Optava-se ali, por pressão do capital estrangeiro, pelo investimento nas rodovias como modalidade prioritária de transporte de cargas no Brasil. É um exagero o que ocorre.

Para se ter uma idéia, o setor rodoviário é responsável por 62 por cento de transporte de cargas no Brasil, enquanto o de cabotagem e fluvial fica com 21 por cento, o aéreo com cinco por cento e o ferroviário com apenas 12 por cento. Apenas, porque o transporte ferroviário, numa média mundial, é oito vezes mais barato

que o rodoviário. Nos países mais desenvolvidos da Europa, Estados Unidos e Japão, o setor rodoviário entra com 30 por cento no transporte geral de carga, enquanto na União Soviética é de apenas sete por cento. É só medir a diferença.

A opção pela estrada de rodagem tem a seu favor o argumento de que, de um modo geral, seu custo de implantação é inferior ao da ferrovia. Certo. Ocorre que o custo de manutenção da ferrovia é muito inferior ao da rodovia. Sem contar com um outro aspecto de importância fundamental, que é o de que, no setor rodoviário, o Brasil é praticamente auto-suficiente, do dormente à locomotiva. O índice de nacionalização do setor é de mais de 90 por cento. Já em relação aos caminhões, a própria Fábrica Nacional de Motores (FNM) virou Fiat.

Falta de planos leva a prejuízos cada vez maiores

Numa discussão como esta há que entrar todos os aspectos. Do financeiro ao impacto ambiental. Uma obra desse porte passa por uma discussão sobre o que se pretende fazer da Amazônia. É essa discussão que passa pela consulta aos povos da região e pela necessidade de preservação da Amazônia. Não se deve admitir mais que o dinheiro dos brasileiros seja jogado fora por incompetência, falta de planejamento ou corrupção. Na própria Tran-

samazônica isso ocorreu. Depois de pronta a rodovia foi preciso reconstruir 120 quilômetros, que foram inundados pelo lago da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, sul do Pará. E na BR-174 foi necessária a construção de um dique de oito quilômetros para protegê-la das águas do lago da hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã (Amazonas).

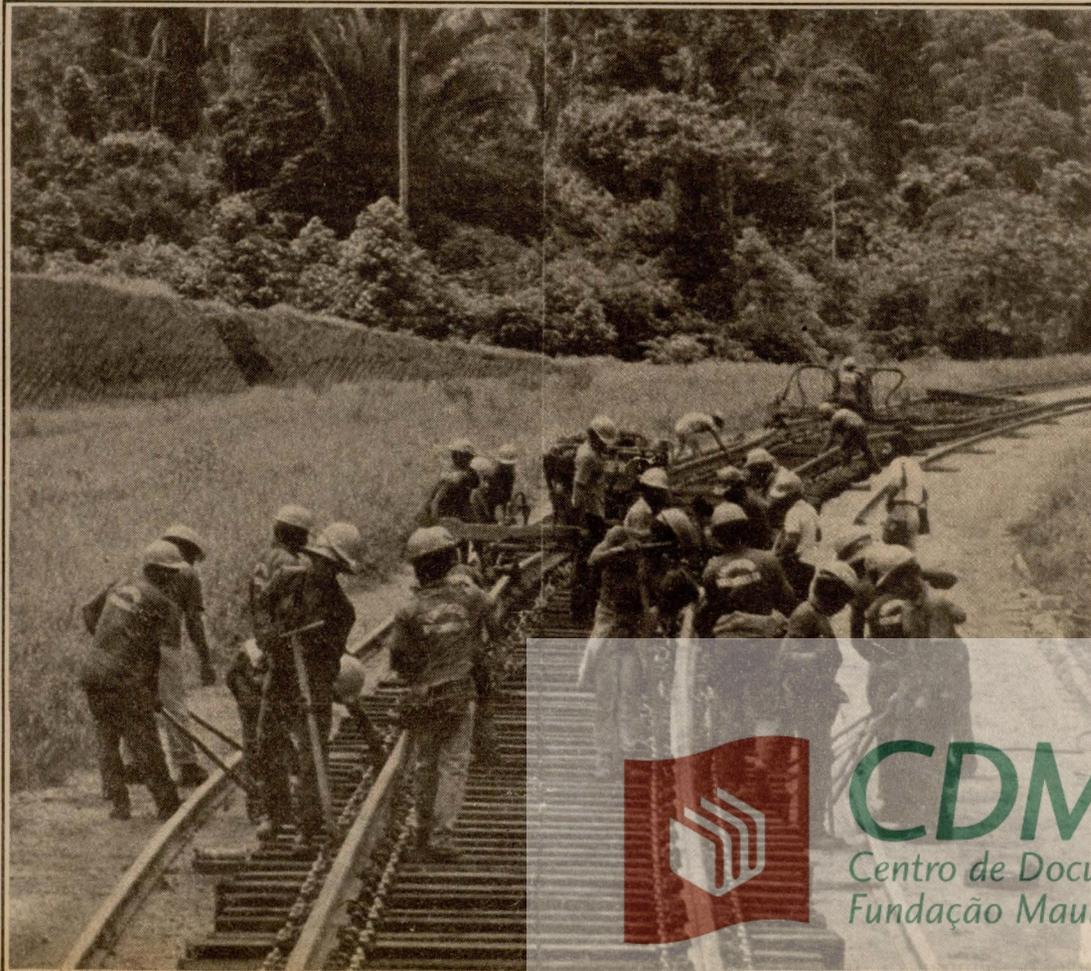
Outro caso desse tipo é o do Polonoroeste, especialmente no que toca aos programas implantados no vale do rio Guaporé, na fronteira com a Bolívia. Um verdadeiro escândalo. Para ocupar essa área, com financiamento do Bird, o governo brasileiro construiu a BR-429, que liga a BR-364, próxima a Ji-Paraná, à fronteira com a Bolívia. Quando a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) concluiu os estudos na região, verificou que se tratava de um dos solos piores e mais difíceis de corrigir de todo o país. Mas a estrada já estava feita e os colonos enganados.

É possível construir hidrovias ligando o Pará a São Paulo

Em termos de transportes, a visão dos governos brasileiros, pelo menos nas últimas três décadas, é de dar prioridade ao setor rodoviário. Não há uma política, que na Amazônia é fundamental, de superposição de modalidades de transportes. O Plano Hidroviário Nacional, que fixa as linhas do desenvolvimento do transporte fluvial no Brasil, descansa há vinte anos nas gavetas do Ministério dos Transportes. Esse plano prevê, por exemplo, com custo baixo, uma hidrovia que leva um barco de Belém do Pará a São Paulo.

O grande problema das rodovias da Amazônia — e aí inclui-se o problema do prolongamento da BR-364 — é o de que não se faz um planejamento intermodal, ou seja, de interligação das diversas modalidades. Por isso, é correto que a decisão sobre a Rio Branco-Lima passe pelo Congresso Nacional. Será uma oportunidade para se discutir não só essa estrada, mas toda a concepção da política de transporte para a região.

*Jornalista e estudioso dos problemas amazônicos



O transporte ferroviário é em média oito vezes mais barato. O capital externo levou o Brasil a desprezá-lo.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Correção

Na edição anterior (n.º 19), na matéria "Como massacraram os índios", um erro de composição trocou o nome da cidade de Jacareacanga por Jacarepaguá.

Zé Kéti “As grandes gra

Entrevista a Raquel Rodrigues e Umberto Martins

“Vida de sambista vou te contar. Passei oito anos em estúdio de rádio atrás de cantor, até conseguir gravar minha primeira música, o samba ‘A voz do morro’ (‘Eu sou o samba’). Aí ele teve mais de 30 gravações. O dinheiro que ganhei foi para comprar os móveis de quarto, estilo francês, e comi três meses carne.”

Assim falava José Flores de Jesus, o “Zé Quietinho”, em 1964, no show “Opinião”, onde contava e cantava sua vida e suas músicas. Atualmente Zé Kéti se apresenta em São Paulo na casa noturna “Baiúca” e ainda passa por uma série de dificuldades. “Moro num hotel e embora queira alugar um kitchenette não posso porque o aluguel é caro e ainda pedem fiador”, diz. Em entrevista à “Classe”, ele relembra suas atividades no bar Zicartola, no show “Opinião”, no cinema e fala sobre as barreiras que impedem a divulgação de suas novas composições.



Classe — Como você se situa hoje na música popular brasileira?

Zé Kéti — Eu me sinto muito bem, principalmente depois de

minha vinda para São Paulo. Enquanto eu estava no Rio de Janeiro, lugar onde eu nasci, cresci, me criei e me tornei compositor da música popular brasileira, passei dias mais difíceis. Apesar de ser muito querido no Rio e ter por lá vários amigos, comercialmente falando aqui em São Paulo é um lugar mais propício ao meu trabalho, tem uma abertura maior para ganhar dinheiro.

Classe — Quando foi que você veio para São Paulo?

Zé Kéti — Eu vim na década de 70 para trabalhar em vários setores, inclusive no teatro. Daí eu fiz um show numa casa noturna aqui, um show que inicialmente estava previsto para durar um mês, mas acabei fazendo mais, cerca de três meses. Em função disto terminei trazendo toda a família para cá. Meus garotos eram ainda pequenos, eu os botei na Escola Caetano de Campos. Fiquei aqui uns 10 anos e depois voltei para o Rio, em função também dos meus filhos que tornaram-se rapazes e foram servir o Exército. Só agora estou retornando a São Paulo, sabendo que no Rio é pequena a abertura para a música popular brasileira, não tem muito espaço para o músico. Lá é difícil a gente conseguir algum trabalho, a “inflação” é muito grande, tem muito mais cantores e compositores do que aqui em São Paulo e, no entanto, o mercado para quem trabalha na área é menor.

Classe — Você tem composições novas?

Zé Kéti — Não deixei de compor ainda, graças a Deus. Não deixei e nem vou deixar de compor. O compositor faz música até morrer, não deixa nunca de compor. O compositor deixa, isto sim, é de gravar, pela força das multinacionais. Deixa de gravar em função das barreiras e dificuldades que a gente encontra nas grandes gravadoras, que não querem gravar nossas músicas, especialmente quando se trata de compo-

sitor já com cabelos brancos, como é o meu caso. Há muitas barreiras.

Classe — São muitas as músicas que você compôs e não foram gravadas?

Zé Kéti — Tenho muitas músicas que ainda não foram gravadas, não é uma só. Eu não sou um compositor só de samba, de escola de samba ou de música de raízes, do cancionário popular. Eu também sou um compositor de canções, que eu, aliás, gosto muito de cantar. Tenho música litúrgico-popular, assim como músicas falando de temas como a reforma agrária, ecologia. Tenho músicas falando dessas coisas todas, falando politicamente de coisas que a gente acha que está errado e também outras sobre coisas que, na nossa opinião, estão certas.



Classe — Agora, porém, no show que você está dando no Baiúca, o repertório é basicamente de músicas antigas, dele não constam as novas composições. Além dos problemas com as gravadoras, isto tem relação com o público?

Zé Kéti — A maior dificuldade é mesmo a de gravar. Na hora que eu fizer um disco, ainda que seja independente, isto muda. O pessoal fica conhecendo, automaticamente vai absorver. A partir do disco as pessoas vão estimular essas novas composições. O disco é a alma do nosso negócio. É através dele que o compositor tem condições de popularizar seu trabalho, levar o seu trabalho para o povo julgar. Eu tenho certeza que o povo espera de mim uma coisa nova, um disco novo. E eu tenho um repertório de músicas novas.

Classe — Fale sobre sua participação no famoso bar da dona Zica e do Cartola, o Zicartola no Rio de Janeiro.

Zé Kéti — Zicartola, do casal Zica e Cartola, quer dizer Zica na cozinha e Cartola no violão. Eu fui convidado para trabalhar no bar, na produção, promoção e divulgação. Conseguimos encher a casa, que virou moda, na rua da Carioca, 58, primeiro andar. Era uma casa tombada pela Prefeitura, um casarão velho, onde a gente se reunia, eu, o Elton Medeiros, Nelson Sarmiento, Jair do Cavaquinho, Oscar da Por-

tela, Armando dos Santos — que foi diretor-presidente da Portela —, o Zé Cruz da Mangueira, entre outros. Nós, os compositores daquela época, íamos ao Zicartola para cantar, bater papo e, claro, beber. Isto porque o Cartola era um exímio violonista, tocava muito bem, além de ser um grande compositor — coisa que todos nós sabemos e conhecemos. Eu cantava para o pessoal lá. Trabalhava no Zicartola até meia-noite, uma hora da manhã, depois saía, com outros, para uma gafeira. A frequência do bar — que reunia todo o pessoal da Zona Sul do Rio, como Leblon, Copacabana, Botafogo e outros bairros da região — era sempre alta.

A idéia de lançar o Zicartola partiu de um grupo de rapazes que estavam iniciando a vida como empresários (um chamava-se Valdemar, outro Agostinho e o Eugênio Agostine). Eles tiveram a idéia, daí surgiu um sobradão grande que eles alugaram e começaram a fazer a propaganda para inauguração. Quem pegou a parte de promoção, toda a publicidade do Zicartola para fazer, fui eu. Naquele tempo a Globo estava começando, a TV Excelsior e a TV Rio. Eu procurei a imprensa para falar sobre a inauguração. A casa foi inaugurada em 1963 e a inauguração foi o maior sucesso. Daí começou a virar moda o Zicartola.

Classe — E a frequência do pessoal da Bossa Nova no bar?

Zé Kéti — O pessoal da Bossa Nova não frequentava tanto, pelo menos no início. Participaram mais no final. Inicialmente reuniam-se os compositores da Portela, da Mangueira, do Salgueiro, das escolas de samba principalmente. Eu, como diretor artístico do bar, levei para lá o Herminio Belo de Carvalho — pai do projeto Pixinguinha —, o Sérgio Cabral, o grande crítico de música, o Albino Pinheiro, que é professor de Carnaval e é o patrono do Teatro João Caetano — o pai do projeto “Seis e meia”, do qual participam vários artistas do presente e do passado, sempre com um público grande, que lota o teatro.



Classe — Tinha um grupo fixo que cantava ou eram músicos convidados?

Zé Kéti — A gente convidava. Levamos para lá,

por exemplo, o Ismael Silva, famoso sambista e compositor, autor de “Antonico”. Levamos a Aracy de Almeida, o Ataulfo Alves. Às quartas-feiras era realizada uma noite de homenagens, onde o homenageado tinha direito de comer um *xim-xim* de galinha feito pela dona Zica e tomar uma bebida por conta da casa. Com isto, a gente levava para lá os maiores nomes da música popular da época. Levamos o Paulinho da Viola, que então tinha uma certa vergonha de cantar.

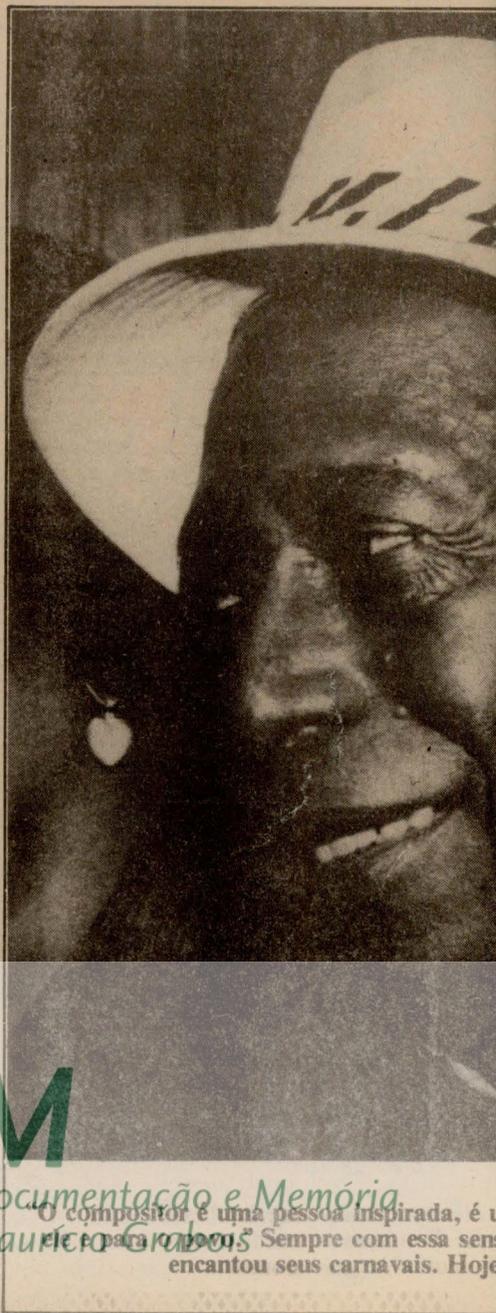
Classe — E o conjunto “A voz do morro”?

Zé Kéti — Foi aí que nasceu o conjunto “A voz do morro”. A gravadora Musidisc me convidou para fazer um LP e eu falei que fazia o trabalho com a condição de levar mais amigos juntos. Daí formei o conjunto que tinha o Paulinho da Viola, Jair do Cavaquinho e Elton Medeiros. Eu fiz o LP com todos esses meus companheiros e nós ganhamos um prêmio, um troféu muito cobiçado. Foi uma época muito bonita, grandiosa, em que eu lancei o conjunto. Depois surgiram outras oportunidades para gravar. Fiz meu segundo e meu terceiro LP na RGE. O Zicartola continuou fazendo sucesso, mas eu viajava muito e não pude continuar segurando aquela peteca.

Classe — Na ocasião você teve contatos com intelectuais como Vianinha, Armando Costa e Ferreira Gullar, que resultaram na montagem do espetáculo “Opinião”. Conte como foi.



Zé Kéti — O espetáculo “Opinião” surgiu também, modestia à parte, de uma idéia minha. O pessoal que veio a formar o



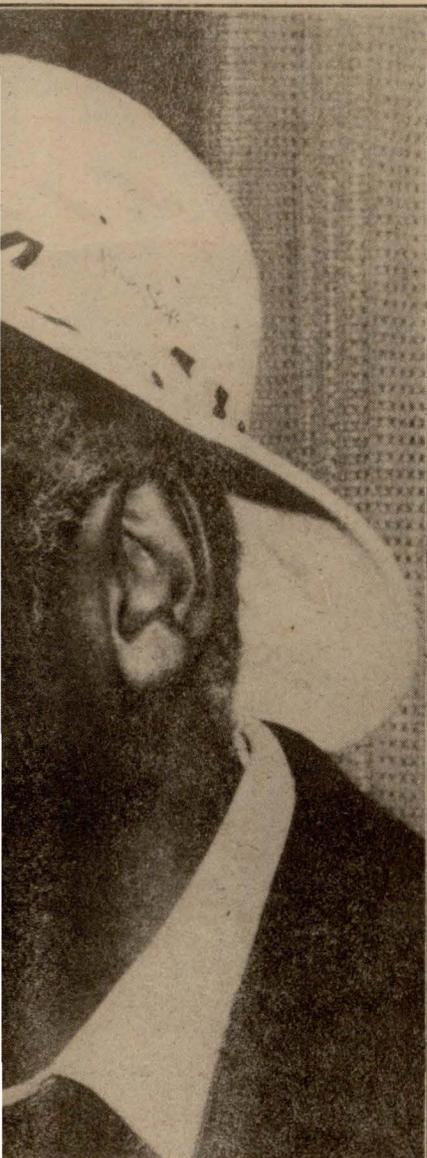
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O compositor é uma pessoa inspirada, é sempre com essa sensibilidade que ele encantou seus carnavales. Hoje

Gravadoras me boicotam"

"Opinião" freqüentava o Zicartola, mas iam assistir e ouvir o samba da gente. O "Opinião" surgiu do próprio Zicartola, ao lado do Paulo Pontes. Os dois tiveram a idéia de fazer o show porque naquela época fazia um grande sucesso uma música minha, revolucionária, com este título: "Opinião". Eles, baseados na música, resolveram fazer o show "Opinião", falando da minha vida, parte da minha vida, parte da vida do João do Valle e, ainda, da Nara Leão, que foi a primeira a participar. Contava-se uma historinha da Nara, entrelaçada com a minha e do João do Valle. Era uma minibiografia, em que ela declamava: "Meu nome é Nara Leão, nascida em tal lugar, fui criada ali etc." Minha relação com o João do Valle, neste período, foi muito grande.

Em 1964, a música "Opinião" de minha autoria, transformou-se em canção símbolo de um movimento de resistência e oposição de expressivas figuras da cultura e das artes brasileiras contra o regime militar. O João do Valle, no teatro, fazia o papel do nordestino das matangas do Maranhão, enquanto eu fazia o papel do favelado — encarnava o favelado dos morros cariocas. Na-



litéro-musical, faz coisa bonita para Zé Kéti cantou à vida do povão e boicote das gravadoras.

quele tempo eu era funcionário do INPS, ganhava uma ninharia. A Nara Leão era uma garotinha da alta sociedade carioca, cheia de grilos na cabeça, dizia que ia procurar um psicanalista. Toda esta situação constituía o motivo para o show, que foi produzido e elaborado pelo Osvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes, Tereza Aragão, Ferreira Gullar, Armando Costa e João das Neves. Este último carregou por muitos anos a cruz pesada nas costas, a cruz do teatro "Opinião", que infelizmente virou supermercado, deixando-nos sem um pedaço do mercado do trabalho.

Em 1974, no show, eu trabalhei ao lado do João do Valle e da Marília Medalha — uma excelente cantora — e o primeiro espetáculo foi dirigido pelo Augusto Boal; em 1975 já era a Bibi Ferreira quem dirigia. Depois disto nós fizemos novas apresentações, o teatro, então, fez muito sucesso. O "Opinião" foi um show que motivou e mudou as estruturas teatrais da época, abrindo um novo caminho para o teatro musical brasileiro.

Classe — Como foi sua participação no cinema?

Zé Kéti — Bom, primeiro eu ainda quero voltar um pouquinho e lembrar que no Zicartola eu conheci o Carlos Lyra, que me apresentou a Nara Leão. Ele combinou comigo para que eu o levasse à escola de samba, pois queria aprender a compor samba enredo, samba de quadra, pegar o estilo do samba que a gente fazia na escola. Eu pertencia à Portela, então ele queria fazer um estágio. E em contrapartida me apresentou Nara Leão. Eu sei que nessa nossa combinação quem levou vantagem fui eu porque com a Nara eu gravei um samba que foi o primeiro sucesso dela.

(Interrompe a entrevista para cantar)

Se alguém perguntar por mim
diz que fui por aí
levando um violão
debaixo do braço.

Em qualquer esquina
eu paro,
em qualquer botequim
eu entro

e se houver motivo
é mais um samba que eu faço.
Se quiserem saber se volto
diga que sim,
mas só depois que a saudade
se afastar de mim
mas só depois que a saudade
se afastar de mim.

Tenho um violão
para me acompanhar
tenho muitos amigos
eu sou popular.

Tenho a madrugada
como companheira.
A saudade me dói
em meu peito, me rói.
Eu estou na cidade
eu estou na favela.
Eu estou por aí,
sempre pensando nela.

Classe — Vamos voltar ao cinema...

Zé Kéti — No cinema nacional eu comecei por onde os grandes artistas

terminam. Fiz um filme de Nelson Pereira dos Santos, "Rio 40 graus", onde trabalhei como assistente de câmera, fui ator ao lado de Jece Valadão e ainda musicuei a película. Nós fizemos toda a filmagem no Rio de Janeiro, no Cabo Sul, que fica perto do Lins do Vasconcelos e do Méyer. Então o filme fez muito sucesso, mas foi preso pelo então chefe de polícia, coronel Menezes Porto. Ele queria prender todos nós, dizendo que nós éramos da esquerda festiva, comunistas, e que no Rio de Janeiro nunca havia feito 40 graus. Isto nos prejudicou muito, atrasou muito o lançamento do filme. Mas, de qualquer forma, o filme de Nelson Pereira dos Santos, representando o Cinema Novo, foi uma abertura muito bonita. Eu participei de outro filme do Nelson Pereira dos Santos, o "Rio Zona Norte", que também foi musicado por mim. Trabalhei como ator, fazendo o papel de um compositor que era roubado nos direitos autorais. O Grande Otelo fazia uma parte neste filme também cantando músicas minhas. Depois disto, participei de outros filmes, "Boca de Ouro", "Grande Cidade", de Cacá Diegues. E musicuei o filme "Um grande momento", de Roberto Santos.

Classe — Você que foi criado nas escolas de samba, o que acha das modificações que elas sofreram desde sua época até hoje?

Zé Kéti — O que aconteceu foi fruto da evolução, do tempo, modernizaram as alegorias, o conjunto, fisicamente a Escola de Samba não era só fantasia, prevaleciam outras coisas, tinha pouca fantasia — ala das baianas, alguns destaques que estavam começando ainda — o primeiro destaque da Escola de Samba foi uma moça chamada Olegária, da Império Serrano, depois as outras escolas foram copiando, essas coisas todas. Então, eu não sou contra que se modernizem, absolutamente, mas acho que está muito sofisticado. Tem muita riqueza.

Classe — Mudou o caráter, assim, ficou um pouco empresa?

Zé Kéti — É, virou um teatroambu-

lante. O compositor da Escola de Samba está a mesma coisa, porque geralmente as escolas têm uma ala de compositores que se cotizam, combinam de fazer o samba enredo, às vezes fazem individualmente, outros pegam 3, 4 e juntam para fazer um samba enredo e quem fizer melhor é quem ganha.



Classe — E aquele episódio do disco no Sequicentenário da Independência que trazia a imagem do Médice e não vendeu nada?

Zé Kéti — Eu fui chamado no Ministério do Exército e me convidaram para promover um disco meu e eu confeccionei o disco com meu dinheiro, foi uma produção independente, minha, então eu resolvi preço, botei o nome de algumas empresas num livreto mas não combinei antes, deveria ter combinado com as empresas que ia fazer e ver se elas me davam algum dinheiro para ajudar. Na hora eu não arrumei nada, tive um grande prejuízo e quando eu procurei o pessoal do Exército já estava muito em cima de 7 de setembro, eles queriam fazer um lançamento no 7 de setembro. Eu fui com a proposta para o Exército comprar, mas também fiz poucos discos. Na capa aparece uma fotografia do presidente da época, tinha que ser, se fosse você eu colocava também. Na época eu procurei a colaboração do Exército mas não consegui, porque fui procurá-los um pouco tarde, muito em cima da data. Não foi má vontade da parte dele. Mas não tinha só a imagem do Médice, tinha de várias personalidades da época, peguei outras pessoas da nossa literatura, da cultura etc.

Classe — E a vida do compositor?

Zé Kéti — A vida do compositor é boa, porque o compositor é uma pessoa inspirada, é um poeta lítero-musical, faz coisa bonita para ele e para o povo, mas o compositor depende do direito autoral e o direito autoral é um caso de Polícia Federal.



Unidade entre CUT e CSC pode pôr fim ao reinado de Magri

Leugene Matogrosso *

Prossegue o processo de formação da **Chapa dos Eletricitários**, que fará oposição à atual diretoria do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, cujo presidente atual é Antonio Rogério Magri, certamente o maior expoente do chamado sindicalismo de resultados, um traidor aberto e descarado dos trabalhadores brasileiros.

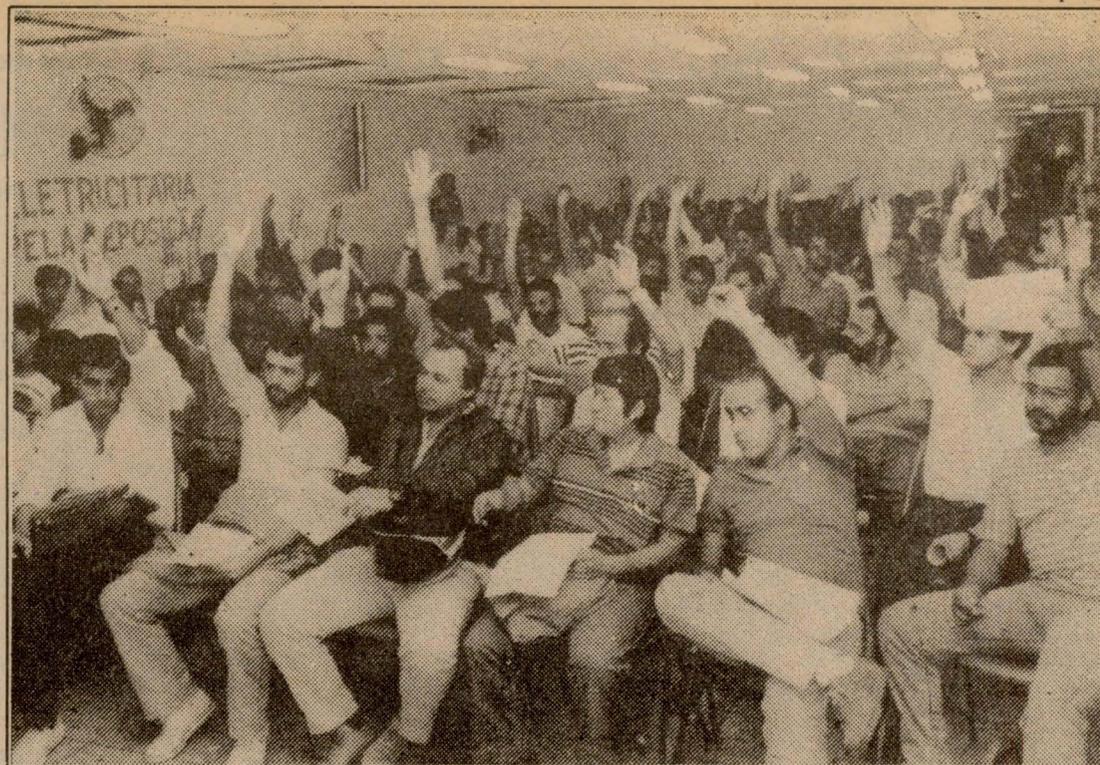
O processo de escolha dos candidatos da chapa de oposição está sendo bastante democrático, com a realização de convenções regionais e prévias, como a da Zona Sul de São Paulo, com a participação de mais de mil pessoas da categoria, que escolheu 2 candidatos, entre 4 que concorreram, para integrar a chapa.

A **Unidade Eletricitária**, tendência identificada com a Corrente Sindical Classista (CSC), participa ativamente da oposição, em aliança com a CUT. Nas prévias da Zona Sul, ela elegeu um dos candi-

datos à chapa oposicionista. Até o presente momento, estão praticamente assegurados na chapa de oposição seis eletricitários ligados à CSC. A CUT ficará com a maioria da chapa e da sua executiva, onde estarão garantidos a presença de pelo menos 2 membros da CSC, incluindo aí o cargo de secretário-geral. Há acordos e conversações que caminham para essa configuração. O eletricitário da manutenção, Benjamin de Barros, pertencente a um setor basicamente operário da Eletropaulo, concessionária estatal de energia em São Paulo, deverá ser indicado, ao que tudo indica, para a secretaria-geral.

A Convenção Geral

Está marcada para o dia 14 de junho próximo, quarta-feira, às 18 horas, na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Rua Tabatinguera, centro da cidade, uma convenção geral que vai homologar a chapa escolhida nas conven-



A escolha dos integrantes da chapa de oposição está ocorrendo através de convenções amplas e democráticas

ções e/ou prévias regionais. O regimento da Convenção Geral prevê a possibilidade de serem alterados até 3 nomes escolhidos anteriormente, para garantir os acordos firmados entre as correntes de opinião que compõem a chapa, garantindo assim a participação dos vários setores que formam a categoria.

Internamente, na própria CUT, há disputas por espaços entre as tendências da Articulação e CUT Pela Base. O pessoal da Articulação deve ficar inclusive com a presidência da

chapa. A Convenção Geral deve indicar os pontos básicos de programa da chapa, aprovar as táticas mais gerais de campanhas que nortearão o processo eleitoral e escolher os cargos finais na executiva. A previsão é de que estejam presentes no dia 14 de junho mais de mil pessoas da categoria.

Cabe ao movimento sindical brasileiro, comprometido com o avanço das lutas dos trabalhadores, com o sindicalismo classista e democrático, apoiar decisivamente a realização da Convenção Geral dos eletricitários de São Paulo para a formação da chapa de oposição ao pelego.

tários de São Paulo para a formação da chapa de oposição ao pelego.

Esta convocação ao movimento sindical está sendo feita não só em termos de apoio político, mas também material e financeiro, para fazer vitoriosa a **Chapa dos Eletricitários** que derrotará Magri e seu sindicalismo de negócios. Esse apoio passa a ser tarefa fundamental de todos os comprometidos com o avanço do movimento sindical.

* sociólogo, colaborador da Classe

Presidente da CGT pelo poder do dólar

Aqueles que observaram o desenrolar do II Congresso da CGT, realizado no final de abril em Praia Grande (SP), tiveram a oportunidade de conhecer os objetivos do senhor Antonio Rogério Magri no movimento sindical. Com dólares vindos diretamente da CIA, ele corrompeu e subornou os delegados ao encontro da entidade, colocou mais de 200 "leões-de-chácara" de sua confiança para votar como "delegados" em sua chapa e praticamente destruiu o que havia restado da combalida CGT.

Magri se "elegeu" presidente da CGT na base do soco e da pancadaria, deixou por onde passou um rastro de sangue entre os congressistas e só assim conseguiu tomar de assalto o poder nessa central, para daí tentar uma posição mais cômoda a fim de realizar o seu projeto de traição aos trabalhadores seguindo diretamente instruções do imperialismo

norte-americano, ao qual está vinculado e do qual tem sido o maior serviço no meio sindical de nosso país.

Repúdio

Até mesmo setores moderados da CGT, como os seguidores de Joaquinão, o PCB e outros, saíram do diminuto e inexpressivo congresso "nacional" (faltaram vários Estados). Pouco mais de 580 entidades sindicais estiveram representadas e ainda assim, alega Joaquim e seu grupo, mais de 300 saíram do congresso em protesto contra Magri. Até mesmo Luiz Antonio Medeiros, outro expoente do sindicalismo de negócios, não quis participar dessa farsa.

Dessa "diretoria" de negócios da CGT, fazem parte José Calixto Ramos, presidente da CNTI, que recentemente declarou ao "Jornal do Brasil" (de 28 de maio), que vai votar para presidente da República em Aureliano Chaves do PFL; Ricardo Balbino, o truculento

presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Porto Alegre (sem nunca ter sequer pegado no batente pesado) e outros velhos pelegos.

Ficou claro que a divisão do movimento sindical brasileiro está bastante cristalizada. De um lado, temos o campo progressista, com os integrantes da Corrente Sindical Classista e a CUT. No outro campo, os traidores, os pelegos, a USI, a CGT, com seu sindicalismo de negócios.

Não cabem dúvidas sobre o repúdio dos trabalhadores à central atualmente presidida por Magri (a bem da verdade, ele dirige apenas uma parte da CGT, uma vez que o presidente anterior, Joaquim dos Santos Andrade, também reivindicou o cargo, alegando que o congresso de Praia Grande foi fraudado e concluído com o plenário esvaziado). Salta aos olhos que a CGT transformou-se em uma nova espécie

de USI, uma entidade sem qualquer poder de fogo, imobilista e dirigida por um declarado traidor dos trabalhadores. Ora, a Corrente Sindical Classista reuniu em seu primeiro congresso, no Rio de Janeiro, representantes de 703 entidades sindicais — e não se proclama uma central —, enquanto o encontro da CGT em Praia Grande reuniu pouco mais de 500, a poder de dólares, e com delegados fantasmas — Magri foi eleito por uma plenária cuja representatividade foi ainda menor.

Não estranha que a "consolidação" da posição de Magri venha sendo conseguida à custa de lances grotescos e hilariantes — como a invasão que seus capangas patrocinaram à antiga sede da CGT, onde retiraram todos os móveis, na presença de Joaquim dos Santos Andrade, e os conduziram até o Sindicato dos Trabalhadores em Grajaú. E tudo indica que o porta-vóz do sindicalismo de negócios pretende transformar em sede da CGT.

Só a grande burguesia e testas-de-ferro do imperialismo buscam cobrir o senhor Magri com a imagem de respeitabilidade, escondendo o verdadeiro caráter do pelego. Apesar da boa vontade da imprensa burguesa a farsa não pega.

De qualquer forma, não se deve desprezar o poder de fogo da direita, que tem em Magri um representante à sua altura. É preciso combater com toda a energia a presença de tais agentes das classes dominantes no movimento sindical. Derrubar o atual presidente do Sindicato dos Eletricitários é uma tarefa de primeira grandeza para o movimento sindical realmente comprometido com os interesses dos assalariados brasileiros. Nesta batalha os eletricitários paulistas têm toda a responsabilidade, ao lado das forças democráticas e trabalhadoras de outros estados. E tudo indica que saberão se conduzir com sabedoria e espírito de classe nesta luta. (L.M.)

Exportação transformada em fraude

Apontada insistentemente pela direita como saída para o desenvolvimento do país, a política de exportar a qualquer custo para pagar a dívida externa gera escândalos, e transforma-se numa enorme fonte de remessas ilegais ao exterior.

Antonio Martins

Os economistas conservadores sempre tiveram um argumento engatilhado na ponta da língua para responder aos que procuravam mostrar que o endividamento crescente do país conduziria ao estrangulamento da economia nacional. Eles afirmavam que a dívida e seus juros seriam facilmente pagos através de exportações. E procuravam demonstrar que ao manter relações amigáveis com o mercado financeiro internacional o país lucraria duplamente. Primeiro, porque teria à disposição recursos para "financiar" seu progresso. Segundo, porque um bom relacionamento externo traria finalmente ao país a "modernidade" capitalista, e abriria as portas do mundo às mercadorias brasileiras. Elas seriam trocadas por dólares, que por sua vez permitiriam mais investimentos e progresso.

As maciças e intermináveis remessas de juros que penalizaram o Brasil nos últimos anos foram suficientes para comprovar que os empréstimos estrangeiros são na verdade um enorme freio, e não uma alavanca, ao avanço da economia. Nas últimas semanas, porém, surgiram sinais que denunciam uma realidade ainda mais dramática. A política econômica prescrita pelos conservadores e aplicada através do "Plano Verão" acabou criando condições para que as próprias exportações se transformassem num instrumento para a concretização de uma ampla gama de manobras fraudulentas, para a obtenção de ganhos ilícitos e, em última instância, para a fuga maciça de divisas em direção ao exterior.

Na semana passada, o diretor de uma tradicional "trading company" — empresa especializada em comércio exterior — com sede em São Paulo, concordou em descrever para a "Classe" os mecanismos usados para viabilizar estas operações.

As multis sempre praticaram fraude no comércio exterior

O diretor, que não pode ser identificado por motivos óbvios, garante que a realização de operações irregulares através do comércio exterior não é exatamente uma novidade. Já vinha sendo praticada há anos, especialmente pelas multinacionais.

No entanto, a partir do Plano Verão o uso de expedientes fraudulentos ganhou novo impulso, e ameaça contaminar

setores cada vez mais amplos da economia.

O pacote de medidas decretado em 15 de janeiro, reconhece a fonte ouvida pela "Classe", "visava acima de tudo prolongar a sobrevivência de um modelo econômico baseado no pagamento da dívida externa". O governo arrochou fortemente os salários, para comprimir o consumo interno e permitir que uma parcela ainda maior das mercadorias produzidas no país fosse vendida no exterior. Além disso, ofereceu à iniciativa privada taxas de juros fantásticas, para que ela fosse tentada a continuar emprestando ao Estado os recursos necessários à rolagem dos débitos externos.

O governo decidiu ainda promover desvalorizações do cruzado novo inferiores à taxa de inflação, porque acreditava que este era um dispositivo importante para impedir uma disparada de preços. Foi a combinação desta última medida com as duas anteriores que gerou um quadro de enorme instabilidade, capaz de fomentar em curto prazo a disseminação das práticas de superfaturamento e subfaturamento no comércio exterior.

Governo pagou fortunas aos exportadores, através dos juros

Para manter por longo período exportações elevadas e saldos comerciais positivos não basta comprimir o mercado interno. É preciso impedir que os preços dos produtos nacionais elevem-se no mercado exterior, pois isso os tornaria não-competitivos.

A política cambial adotada após 15 de janeiro ameaçou, num certo aspecto, contrariar este postulado. O custo de produção das mercadorias brasileiras continuou subindo, porque a inflação nunca foi zero. Como o câmbio se manteve quase congelado, o encarecimento dos produtos em cruzados novos transformou-se também num encarecimento em dólares.

Nos primeiros meses após o "Verão" o governo dispunha de um mecanismo capaz de superar com folgas este problema. Era a política de juros internos. Os grandes exportadores, responsáveis pela maior parte do comércio internacional do país, sempre tiveram à sua disposição uma linha especial de crédito barato — os ACCs — que lhes permite obter antecipadamente recursos para financiar a produção das mercadorias que serão exportadas. Eles passaram então a obter empréstimos em ACCs e

aplicá-los imediatamente em títulos do governo. Os ganhos fabulosos obtidos em poucos dias permitiam que o exportador se desse ao luxo de rebaixar o preço das mercadorias vendidas no exterior, para torná-las novamente competitivas, e ainda saísse ganhando.

Quando a fonte secou, saída foi partir para subfaturamento

Em pouco tempo, porém, ficou claro que uma política a tal ponto irresponsável não poderia ser sustentada eternamente. Embora a contragosto, o governo foi obrigado a baixar a taxa de juros, para que não sobreviesse um colapso completo das finanças públicas. A mina de ouro dos exportadores esgotara-se, e eles puseram-se a procurar um outro veio que lhes permitisse obter ganhos fartos e fáceis.

E foram encontrá-lo justamente no subfaturamento das vendas ao exterior.

Enquanto a cotação oficial do dólar permanecia quase congelada, seu preço no mercado paralelo disparou, a partir de março. Evidentemente, como se supõe que a única moeda que circula no Brasil é o cruzado, todas as somas obtidas através da venda de produtos nacionais no exterior são convertidas compulsoriamente em moeda brasileira pela taxa oficial. Mas, e se os exportadores conseguissem receber pelo menos parte do valor de suas transações à margem dos mecanismos do governo? Não estaria aberto caminho para escapar de uma conversão que consideram pouco lucrativa, e para dar aos dólares obtidos no exterior um destino mais "interessante"?

Foi isso que ocorreu em escala ampliada, através do

subfaturamento das exportações, a partir do momento em que as taxas de juro começaram a baixar no Brasil. O diretor de "trading" ouvido pela "Classe" relatou em detalhes os passos da operação.

Um exportador brasileiro vai vender uma partida de produtos para um comprador em Nova York. Alguns milhares de pares de sapato, por exemplo, pelos quais o comprador americano vai pagar 50 mil dólares. O empresário brasileiro, porém, pode considerar que o valor em cruzados que vai receber após a conversão dos dólares — NCz\$ 57.400, pelo câmbio do dia 31/5 — é insuficiente para cobrir os custos de produção dos sapatos e ainda proporcionar um lucro razoável.

Pelo câmbio paralelo lucros muitas vezes superiores

Então ele acerta com o comprador americano — informalmente, é claro — para que a transação seja feita, para efeitos oficiais, por uma soma menor — 30 mil dólares, digamos. Estes 30 mil dólares serão convertidos pelo câmbio oficial, e se transformarão em NCz\$ 34.400. Os 20 mil dólares restantes, porém, serão recebidos "por fora". Se forem trocados no Brasil, pela cotação do mercado paralelo irão se converter em NCz\$ 60.000. Total da operação: NCz\$ 94.000, quase 70% a mais do que se tudo tivesse sido feito pelos trâmites legais. Como o dinheiro em circulação no país é em última análise uma dívida do Tesouro em relação a seu possuidor, fica fácil deduzir que quem perdeu para que o exportador pudesse obter tal lucro foi, mais uma vez, o conjunto da sociedade brasileira.

Nos últimos meses, no entanto, alguns exportadores têm preferido dar um outro destino às somas obtidas com a venda de suas mercadorias. Temendo uma mudança na situação política do país contrária a seus interesses, eles optam por aplicar os dólares recebidos "por fora" em bancos estrangeiros. Neste caso o prejuízo é ainda maior, pois uma parte da riqueza produzida no país está sendo fisicamente retirada do território nacional, sem qualquer contrapartida. Cálculos do Banco do Brasil estimam que o envio ilegal de recursos ao exterior atingirá em 89 a cifra de 12 bilhões de dólares — o dobro do valor registrado no ano passado e quase 1/3 do volume de transferências ilegais acumulado ao longo de nossa história.

Um assunto de política econômica, não de polícia

Nas últimas semanas a remessa maciça de divisas ao exterior transformou-se num problema tão sério que até os conservadores foram obrigados a abordá-lo. A grande imprensa, que tradicionalmente defende uma postura ultraliberal em relação ao capital externo, descobriu o tema. A revista "Veja" e o "Caderno D" da "Folha de S. Paulo" dedicaram capas e muitas páginas internas a ele.

Serviram-se mais uma vez, porém, de um truque velho e sujo. Procuraram tratar o assunto como se ele pertencesse à esfera moral ou mesmo à policial, e não à da política econômica. As remessas estariam sendo feitas porque há "maus" empresários em demasia, por um lado, e por outro porque o país é dirigido por um governo que é incompetente, e que portanto não pode "transmitir confiança" aos agentes econômicos.

Pelo que se viu até aqui, o problema é muito mais profundo. E, sobretudo, ele não será resolvido a não ser com a revogação completa de um modelo econômico que o governo Sarney aplica, mas que os conservadores e a grande imprensa igualmente defendem. Com a suspensão do pagamento da dívida externa. E finalmente, para usar uma expressão cunhada pelo diretor de "trading" que falou à "Classe", com a adoção de uma política de comércio exterior que vise não manter as remessas de dólares aos credores, e sim suprir a economia brasileira com os bens que ela não produz; e que não pense em transformar o Brasil em um país dependente de empréstimos estrangeiros, e sim num polo importante para o estabelecimento de laços econômicos mais sólidos entre as nações hoje dependentes.



As exportações abriram caminho para as fraudes

Por que a Previdência faliu

Ricardo Avelar*

A direita mente quando diz que é impossível pagar os benefícios previdenciários consagrados na nova Constituição. Uma análise fria mostra que as conquistas obtidas pelos aposentados e pensionistas são apenas razoáveis e que a origem real do rombo do Inamps é o desvio fraudulento, pelo governo, de recursos do Orçamento da Seguridade Social.

Como não se noticiava desde o fim do período recessivo 1981-83, quando o sistema previdenciário entrou em grave crise financeira, o governo Sarney e as forças políticas conservadoras estão anunciando há algumas semanas uma iminente insuficiência de recursos para que a Previdência Social possa cumprir o cronograma de benefícios aprovado pela nova Constituição. Na verdade esta discussão tomou conta dos noticiários conjuntamente com a decisão do Congresso Nacional em aumentar o Piso Nacional de Salários (PNS) para NCz\$ 120,00, o que teria como consequência imediata o aumento das despesas com aposentadorias, já que estas foram vinculadas pela Constituinte ao menor salário pago no país.

A direita tenta diagnosticar a crise da Previdência como resultado da "irresponsabilidade" dos constituintes, que teriam ampliado os benefícios dos aposentados acima das possibilidades financeiras da Previdência Social. Por isso, antes de passarmos à crítica desta análise simplista do problema é importante revisar o que se está alardeando como as "grandes exacerbadas conquistas dos aposentados" na nova Constituição.

Em relação à alegada ampliação dos custos da Previdência apenas duas medidas adotadas pela Constituinte são significativas. A primeira estabelece a recomposição dos valores dos benefícios — em termos de salários-mínimos — aos valores prevalecentes à época de sua concessão. A segunda medida estabelece que nenhum benefício que substitua o rendimento do trabalho do segurado terá valor inferior ao salário mínimo. Vejamos as medidas mais de perto.

A Constituição apenas restituiu antigos direitos adquiridos

A primeira conquista, a reatualização das aposentadorias, equivale à simples devolução de um direito dos aposentados. Ou seja, estes apenas recuperaram o valor original de seus benefícios, que foram usurpados por políticas de contenção de despesas previdenciárias adotadas por sucessivos governos. É notório o fato de que as aposentadorias em geral encontravam-se com seus valores completamente defasados. Recuperar o valor original em termos de salários-mínimos é, por isso, mera reposição de um direito adquirido.

Além disso, o próprio salário-mínimo sofreu profundas defasagens históricas. Um aposentado que recebia três mínimos há dez anos receberá a partir de agora novamente três salários-mínimos. No entanto, estes três salários possuem hoje um valor real substan-

cialmente inferior ao que tinham na época da concessão do benefício.

A segunda medida determina que não haverá aposentadoria inferior ao salário-mínimo. Muito mais que uma conquista dos aposentados, ela deve ser considerada como uma condição mínima de sobrevivência. Na verdade, chega a ser revoltante lembrar que existia uma massa de cidadãos idosos sendo submetidos à condição vexaminosa de recebedores de um rendimento previdenciário abaixo do já tão aviltado salário-mínimo.

Como se vê, portanto, a estrutura de custos da Previdência Social passou a se vincular diretamente ao comportamento do valor do Piso Nacional de Salários. Bastou que o Congresso resolvesse aumentar o valor do PNS para NCz\$ 120,00 para que os ministérios da Previdência e da Fazenda deflagrassem uma ampla campanha contra a medida, alegando um "déficit insustentável" do sistema previdenciário e das finanças públicas e reforçando a tentativa da direita de impedir a consolidação de qualquer conquista social dos brasileiros, por mais restrita e justa que ela se mostre.

Três táticas distintas para impedir que as conquistas prevaleçam

Logo após a Câmara dos Deputados ter se pronunciado favorável à elevação do Piso Nacional de Salários para NCz\$ 120,00, o governo Sarney apontou para a excessiva carga financeira que esta medida acarretaria e passou a defender de início um rebaixamento drástico do índice de reajuste do PNS. A partir daí, ressurgiu a cantilena cínica das classes dominantes a respeito do salário-mínimo brasileiro: todos reconhecem que ele é excessivamente baixo, mas sempre alguém aponta um "nobre motivo" para que assim continue.

Argumentando que se o piso aumentasse na forma pretendida pelo Congresso, a Previdência quebraria, os parlamentares fiéis ao governo Sarney passaram a articular pesadamente contra ele.

A manobra, no entanto, fracassou, e por isso houve uma mudança de tática. O governo propôs, de forma exacerbadamente casuística, que uma parcela do novo Piso Nacional de Salários fosse transformada em abono que seria pago aos trabalhadores, mas não aos aposentados. Se esta fórmula vingasse o Brasil passaria a conviver com dois pisos salariais. O primeiro, acrescido de um abono, seria pago aos assalariados na ativa. O outro, sem abono, seria destinado aos aposentados.

Tributação maior causaria aumento geral dos preços

Como também isto ficou politicamente inviável, o governo mudou mais uma vez de tática, nos últimos dias. Resolveu trilhar o caminho do aumento da tributação, com objetivo de financiar o alegado déficit da Previdência Social. Com isto, os trabalhadores teriam suas contribuições elevadas de 9,2% (média atual) para 10,4% dos ordenados, e os empregadores passariam a recolher 20,3% da fô-

lha de salários como contribuição previdenciária.

Ao mesmo tempo, a alíquota do Finsocial — Fundo de Investimento Social — passaria de 0,5% para 2% do faturamento das empresas. É fácil perceber que os aumentos das alíquotas que recaíssem sobre os empresários seriam imediatamente contabilizados como custos adicionais pelas empresas, que passariam a cobrar a elevação da carga tributária de toda a sociedade, através de repasses para os preços.

A Constituinte cria o Orçamento da Seguridade Social...

Resta agora, depois de termos examinado a dimensão do problema e as intenções governamentais, retornar às questões originais. Ao aprovarem os novos planos de benefícios os constituintes deixaram de prever fontes de receitas capa-

lucro das empresas.

Para evitar que estas receitas fossem arbitrariamente utilizadas pela União, a Constituição determinou também a criação do Orçamento da Seguridade Social, que aglutinaria num único fundo todas as verbas destinadas às políticas de previdência, saúde e assistência social. Faria parte deste Orçamento, além do Finsocial, da contribuição social sobre os lucros e da contribuição sobre salários recolhida tradicionalmente de patrões e empregados, uma dotação orçamentária proveniente de recursos ordinários do Tesouro. A idéia era impedir que estes recursos caíssem no Caixa Único do governo federal, e passassem a sofrer toda ordem de desvios.

Entretanto, como o orçamento da seguridade social ainda não foi instituído, o Tesouro Nacional passou a administrar boa parte dos recursos próprios da área de seguridade. O resultado disso não

aos esquemas de financiamento da seguridade aprovados pela Constituição fica difícil o governo justificar o aumento da carga tributária para financiar os novos benefícios dos aposentados.

Tudo isso demonstra que é urgente uma ação política dos parlamentares progressistas no sentido de exigir a efetivação do Orçamento da Seguridade Social, evitando-se que diversos recursos entrem diretamente para o caixa do Tesouro e sejam desviados para outras áreas de gastos do governo. O primeiro passo é a restituição de todos os recursos de seguridade que estão sendo desviados de seu destino constitucional.

Rediscutir inteiramente a estratégia de despesas da União.

Uma ação mais conseqüente, porém, exige que além disso se discuta globalmente a estratégia

Arquivo



Fila de contribuintes desassistidos: o governo desvia dinheiro

zes de financiá-los? E se estas fontes foram previstas, por que secaram repentinamente? Uma análise fria do problema demonstrará que por trás da crise previdenciária está na verdade o completo desrespeito governamental às regras constitucionais aprovadas com a finalidade de garantir o financiamento do sistema de seguridade social.

Precisamente por saberem que a ampliação dos benefícios traria novas despesas para a Previdência, os constituintes determinaram que parte dos recursos do Finsocial deveria ser usada para financiar a seguridade social. Além disso, criaram uma importante "contribuição social", que incidiria sobre o lucro das empresas. De acordo com o Orçamento Fiscal da União aprovado para o exercício corrente, existe uma previsão de receita de NCz\$ 3,7 bilhões para o Finsocial, e de NCz\$ 4,2 bilhões para a contribuição social sobre o

poderia ser diferente. O governo federal não só omitiu-se em contribuir com recursos ordinários do Tesouro para auxiliar no financiamento da Previdência como também sacou de forma indevida recursos destinados expressamente pela Constituição à seguridade social e os usou para financiar outros gastos.

... mas o governo o viola, para fazer frente a outros gastos

O desvio do Finsocial, por exemplo, é um caso escabroso. O governo sacou 50,5% das receitas deste fundo para pagar os inativos e pensionistas da União, quando estas despesas deveriam ser feitas com os recursos ordinários do Tesouro. Além disso, diversos outros programas não vinculados à seguridade social estão sendo financiados com recursos do Finsocial. Com tamanho desrespeito

de gastos da União. Hoje ela aloca um volume abusivamente alto de recursos no pagamento das dívidas externa e interna, exaurindo a capacidade de gasto social do Estado.

Em resumo, a resolução da crise da Previdência passa por opções basicamente políticas. Deve-se por um lado garantir que os recursos da seguridade sejam efetivamente aplicados nela. E em seguida é preciso atacar os interesses dos grandes financistas, eternos privilegiados com a carga de juros pagos pelo Estado. Fazer o contrário, ou seja, violentar os direitos mínimos dos aposentados, ou aumentar a carga tributária, que atinge em última instância os assalariados, seria a própria configuração da crise pela injustiça social que vem caracterizando o

* Economista e colaborador da Classe Operária

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

AMPLIAR A LUTA E DESMASCARAR O TERROR

Rogério Lustosa*

Uma bomba destruiu o monumento aos operários assassinados pelo Exército em Volta Redonda. O ministro do Exército e o da Justiça justificaram a ação terrorista como uma resposta à "radicalização da esquerda". Agora, o sentinela de plantão no dia do atentado, e que poderia ajudar a identificar os autores do atentado, foi morto. Andam dizendo que quem jogou a bomba, e possivelmente matou o soldado, foram "agitadores" que querem indispor a opinião pública contra o Exército.

QUE DESCUIDO!

É de notar a facilidade com que um carro com três pessoas chega na porta do quartel, seus ocupantes matam um soldado e tomam o fuzil do outro sentinela. Com igual tranqüilidade, no Paraná, uma pessoa que ninguém viu jogou uma bomba "de fabricação caseira" noutro quartel.

Nunca se pensou que os quartéis fossem tão fáceis de serem atacados! Mas, ao mesmo tempo, os comandos militares fazem declarações alarmistas e anunciam "medidas especiais de segurança".

Enquanto isto, o general Leônidas Pires Gonçalves proibiu os militares que participaram do ataque à CSN de prestarem depoimentos na polícia. E decretou, arrogantemente, que ninguém pode suspeitar que gente do Exército esteja envolvida na destruição do monumento.

Um mineiro desconfiado — que se lembre do Riocentro — fica pensando que está assistindo a um teatrinho muito mal ensaiado.

POLÍTICA NOCIVA

Enquanto o terrorismo ensaia como intimidar o povo, José Sarney faz a sua parte, insistindo na medida provisória e anticonstitucional — que ele quer perma-

nente — contra o direito de greve. E outras autoridades se dizem preocupadas com a retomada dos altos índices inflacionários, afirmando que isto pode criar "um clima de instabilidade" que prejudica a eleição. E com isto a encenação vai ganhando um sentido mais claro.

Urge desmascarar corajosamente estas manobras golpistas. O governo e o Exército que o sustenta tornam-se antipáticos não por "artimanhas subversivas" tão a gosto de todos os ditadores, mas por sua conduta subserviente ao capital estrangeiro e contrária aos interesses da imensa maioria dos brasileiros.

Não tem porque arrefecer as lutas populares diante das ameaças militares, uma vez que as greves e reivindicações correspondem a uma necessidade objetiva. Os trabalhadores não podem se deixar matar por uma política absurda de arrocho. A experiência demonstra que sem luta não há direitos para o povo.

AMPLIAR O COMBATE

Por outro lado, as lutas precisam ser conduzidas medindo bem o terreno. Os generais, e o governo, andam à procura de um cabo Anselmo e, quem sabe, de um "quartel de La Tablada." Por isto a firmeza no combate precisa estar ligada com uma vigilância constante contra os que imaginam radicalizar artificialmente as coisas.

A radicalização é consequência natural da ofensiva patronal. E não há por que temê-la. A preocupação dos lutadores é, neste processo, incorporar novos contingentes na luta. Não se isolar, não permitir que, no combate, suas fileiras se estreitem. Pelo contrário, com a desmoralização dos terroristas, e com uma argumentação sólida sobre os motivos das lutas, ampliar as camadas envolvidas no justo esforço em favor da liberdade e dos direitos sociais.

* Da direção nacional do PCdoB

No Ceará o Partido reúne seus militantes escritores e artistas



Realizou-se em 29 e 30 de abril, no auditório do Sindicato dos Comerciantes de Fortaleza, o ativo de artistas do PCdoB no Ceará, sob a direção do Comitê Regional do Partido do Estado. O ativo, que reuniu mais de 50 artistas comunistas de Fortaleza, Igatu e Crato, debateu a situação política do país, fez um balanço da atividade do Partido no setor cultural e artístico e elaborou propostas para uma atuação organizada e permanente.

Balanço rico

O balanço assinala: "Há cerca de dez anos, militantes do Partido no Estado vêm desenvolvendo, com o apoio da direção regional, um trabalho constante de produção artística e literária, bem como exercendo atividades políticas e de organização nessa frente de massas" (...) "A atividade de criação desses militantes se caracteriza pela versatilidade, abarcando os mais diversos gêneros artísticos e literários. O número maior é de poetas, atores e músicos, aparecendo também ensaístas, ficcionistas, dramaturgos, cantores, cineastas, dançarinas, artistas plásticos e fotógrafos. Como resultado do trabalho de criação por eles encetado, temos uma obra já significativa no campo da poesia, com a publicação de mais de duas dezenas de livros; no teatro, com a montagem e elaboração de textos dramáticos em número aproximadamente igual; no da música, com a composição de centenas de canções apresentadas em shows ao vivo e, muitas delas, gravadas em disco e veiculadas no rádio e na televi-

são; no do cinema e vídeo, com a produção de alguns de média-metragem em vídeo, e de um longa-metragem em filme 16mm; no da prosa, com a elaboração e publicação de dois livros de textos sobre cultura popular, dois livros de contos e centenas de artigos e ensaios sobre literatura, cinema, folclore, política cultural, teatro, dança e artes plásticas; no da dança, com a criação e apresentação de números em espetáculos e reuniões públicas; no das artes plásticas, com a confecção de dezenas de pinturas a óleo e centenas de desenhos a bico-de-pena; no de fotografia, com o registro documental e artístico da realidade cearense por meio de centenas de fotos".

Na opinião da presidente do Comitê Regional do PCdoB no Ceará, Gilse Avelar, "este balanço é positivo, reflete a preocupação dos militantes do Partido que praticam a arte



intercâmbio com os povos de todo o mundo, sem discriminações ditadas por motivos políticos, nem privilégios estabelecidos por interesses econômicos". Por cultura popular os artistas comunistas cearenses entendem a cultura "calçada na realidade da vida, na linguagem, nos interesses e nas melhores tradições do povo brasileiro". E por progressista a cultura "que faça extinguir todas as forças de autoritarismo, imposição, machismo, mandonismo, preconceito, discriminação, obscurantismo e opressão de modo geral, avançando no sentido das novas e mais amplas conquistas da arte e da ciência humana".

O Brasil e seu povo, em particular a juventude e as massas trabalhadoras, constituem um rico manancial para a produção de literatura e artes com as características propugnadas pelos militantes artistas que se reuniram no Ceará. O Partido, vanguarda das lutas sociais, arauto das idéias avançadas e progressistas, deve estimular a sua produção e difusão, como uma das poderosas alavancas da luta de classes, no rumo da conquista de uma sociedade em que predominem novos valores — o socialismo.

A experiência dos artistas do Ceará filiados ao PCdoB é exemplar no sentido que aponta formas novas de abordagem pelo Partido da atividade na frente cultural. (JRC)



em desenvolver sua criatividade, ao mesmo tempo dando uma contribuição para o enriquecimento da cultura popular no Estado. É importante também verificar que todo esse acervo é de obras com forte conteúdo político e social, mostrando que fazer arte é também uma forma de fazer política e ajudar a libertação de nosso povo". A presidente do Partido no Ceará acha ainda que "o Partido precisa sistematizar essa experiência e dar organicidade à atuação desses militantes artistas".

Cultura do povo

O ativo dos artistas do PCdoB no Ceará formulou propostas, propugnando "a defesa de uma cultura democrática, antiimperialista, popular e progressista". Democrática, no sentido de não ser "privilégio de uma elite". Antiimperialista, "que anule o monopólio da difusão cultural e coloque os grandes veículos de comunicação sob a direção do povo e sob o controle da nota brasileira, cercando a ação das multinacionais da cultura; e que estabeleça, neste terreno,



Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Nas ilustrações capas de livros, fotomontagens e outros trabalhos dos comunistas que no Ceará se dedicam à atividade literário-artística. Uma nova experiência a ser cultivada.

Sucessão é o centro da atividade do PCdoB

Dyneas Fernandes Aguiar*

Dentre as decisões tomadas pela 4ª reunião plenária do Comitê Central do PCdoB destaca-se a que indica a necessidade de incrementar a presença do Partido e a ação de seus militantes nas lutas populares e na campanha sucessória em curso.

O agravamento das condições de vida das massas trabalhadoras, com a conseqüente intensificação das greves e manifestações de repúdio à política antinacional e antipopular do governo Sarney é o que caracteriza o momento que vivemos. Nesse quadro, a campanha eleitoral tende a se tornar uma oportunidade ímpar para a realização de amplos e profundos debates sobre a natureza e as dimensões da crise que se abate sobre o país e suas causas. No confronto entre as idéias e programas das diversas candidaturas e correntes políticas em disputa pelo poder, irão aflorar as propostas para a superação do impasse histórico em que se encontra o país.

As classes dominantes, as correntes oportunistas e reformistas tentam desviar o rumo desse debate, apresentando como causa dos males que afligem o povo brasileiro a questão moral, a falta de honestidade dos "políticos" e coisas do gênero. É clara aqui a intenção de eludir a dominação imperialista, a concentração da terra nas mãos dos latifundiários e a monopolização da economia pela grande burguesia.

Isto mostra a importância de discutir amplamente com o

povo o programa da Frente Popular. Em grande parte a vitória da candidatura da frente dependerá da capacidade que tiverem os partidos coligados — e o papel do PCdoB nessa tarefa não é pequeno — de esclarecer as massas, unilas, organizá-las e mobilizá-las em torno desse programa.

Batalha nacional

O êxito da campanha eleitoral depende também da exata compreensão das características e particularidades da batalha. Dado que não estão em jogo objetivos parciais — trata-se da luta política central no país — esta batalha é o próprio centro de gravidade da ação do Partido no período atual. Não se pode ir a um embate desse com velhos métodos o com estilo de trabalho passivo e rotineiro. Toda a militância, e particularmente as direções, devem, portanto, desde agora, impregnar-se de um novo estilo em que pontifiquem a agilidade, o espírito de iniciativa e a combatividade.

São imensas as possibilidades de ligação do Partido com as massas, de seu enraizamento e implantação mesmo nos lugares mais distantes. Numa luta de tão grandes dimensões, como é a sucessão presidencial, a discussão política vai fazer parte do dia-a-dia das massas numa intensidade talvez inusitada na história do país. Isto possibilita um grande salto no crescimento do Partido. Um bom planejamento global da ação do Partido na campanha, feito pelas instâncias responsáveis, particularmente os comitês regionais,



“Dyneas: forjar um estilo ágil, combativo e cheio de iniciativa”

otimizando as capacidades e possibilidades de mobilização dos efetivos partidários, poderá resultar, se bem executado, no crescimento das fileiras comunistas, na consolidação e ampliação das organizações de base e dos comitês intermediários.

Organizar na luta

Evidentemente, o sucesso desse plano dependerá de que cada comitê regional leve em conta a realidade concreta do Estado sob sua jurisdição, a real situação das fileiras do Partido e estabeleça, com base nisso, metas e prazos factíveis.

Em tudo isso, é fundamental compreender que recrutar e organizar novos militantes são tarefas somente possíveis se assumidas e realizadas no curso da luta.

A característica da batalha sucessória — uma luta nacional — implica o seu desenvolvimento, naturalmente com facetas e formas diferenciadas, em todos os municípios, vilas e distritos. Ela atingirá necessariamente o conjunto da população — todas as classes, camadas e segmentos da sociedade. Nesse particular, é preciso ter em conta que a imensa maioria dos eleitores nunca

votou para presidente da República. E que um novo contingente de cerca de oito milhões de eleitores na faixa de 16 e 17 anos se incorporam agora ao eleitorado.

Feição própria

Outra particularidade é que nesta campanha o PCdoB está atuando em frente-única, com o PT, o PSB e o PV, nos marcos da Frente Brasil Popular. Isto tem duas implicações. A primeira é a ação unitária, que exige ações comuns e uma convivência democrática com os demais partidos da frente. A segunda é a preservação da individualidade e da autonomia do Partido, que deve aparecer com sua feição própria e não se diluir.

No esforço de organização da campanha, é evidente que as direções regionais devem partir da atuação concreta onde o Partido já está estruturado. Mas isso não deve fazer com que se perca de vista a expansão da atividade para as áreas, categorias profissionais e municípios onde o Partido ainda não tenha militância organizada. Isso possibilitará o crescimento gradual de nossa atividade, até atingir a totalidade dos municípios do Estado. O cumprimento dessa tarefa será facilitado se o Partido se apoiar na estrutura da Frente Brasil Popular.

Daí a importância também de, juntamente com os demais partidos, as organizações de base, os comitês distritais e municipais do PCdoB se empenharem de imediato na formação dos núcleos e comitês da frente.

*Da direção nacional do PCdoB

Vereadores comunistas em destaque

São Paulo — O vereador operário Vital Nolasco apresentou uma série de projetos de interesse popular, particularmente dos trabalhadores. Um deles é o Projeto de Lei nº 5, de fevereiro de 1989 (um dos primeiros da atual legislatura municipal), concedendo passe de ônibus ao trabalhador desempregado. O vereador comunista argumenta que “as condições de vida do desempregado são tão precárias que não lhe permitem sequer a locomoção para procurar trabalho”. O Projeto de Lei encontra-se sob apreciação das comissões técnicas da Câmara, conta com a adesão de vereadores progressistas de outras legendas e, atesta Vital, “com o apoio dos trabalhadores, tanto os desempregados como os que no momento têm emprego”. Está em discussão também na Câmara Municipal de São Paulo o Projeto de Lei, de autoria de Vital, denominado “disque racismo”. Trata-se da criação pela Câmara de um

ramal telefônico exclusivo para receber denúncias e reclamações de qualquer tipo de discriminação racial.



Vital Nolasco

Salvador — Javier Alfaya, líder da bancada do PCdoB na Câmara Municipal de Salvador, está à frente do movimento “defenda a orla” — uma campanha cívica em defesa da orla marítima da capital baiana, ameaçada pelo chamado “projeto orla” da Prefeitura

Municipal. Javier denuncia que o prefeito Fernando José visa com seu projeto “garantir o crescimento dos negócios imobiliários nas faixas próximas às praias”. O vereador comunista diz que “o empresário quer derrubar as exigências atuais da Lei de Ordenamento do Uso do Solo, que limita a altura das construções geralmente em dois pavimentos, nos trechos mais próximos ao mar”. Na opinião de Javier, “toda a cidade de Salvador está apreensiva diante do ‘projeto orla’, pois as praias têm uma influência enorme na vida da população soteropolitana, representando uma forma de cultura, lazer e descanso”. Reflexo desse clima é a realização de vários debates e reuniões. Recentemente Javier coordenou uma seminário promovido pelo Movimento em Defesa da Orla, com a participação de importantes representantes da intelectualidade e da sociedade civil de Salvador, entre eles Milton San-

tos, Heliodório Sampaio, Ordep Serra, Paulo Rocha, Re-



Manifestação na praia

nato Cunha e Luiz Moraes.

Cachoeiro do Itapemirim (ES) — A Câmara Municipal aprovou Projeto de Lei de autoria do vereador Almir Forte, do PCdoB, que elimina a exigência da “carteira de usuário” para os maiores de 65 anos andarem gratuitamente nos ônibus urbanos. Agora, o cidadão só precisa comprovar sua idade através da Carteira de

Identidade ou da Carteira Profissional para se beneficiar desse direito. O vereador comunista tem recebido muitas manifestações de congratulação por parte da população, especialmente os aposentados, pela aprovação desse seu projeto de interesse popular.

Piraquara (PR) — Convencido de que o caminho da luta do povo brasileiro se faz hoje através da Frente Popular, e de que o PCdoB tem a proposta mais acertada para conquistar o socialismo, o vereador Egon Wilehlms, eleito nas últimas eleições municipais pelo PSDB de Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, ingressou nas fileiras do PCdoB dia 24 de maio último. Egon tem uma permanente atuação nas lutas do povo de Piraquara. Professor, dirigente de sua comunidade e de grande prestígio na cidade, mantém estreita ligação com o movimento dos sem-terra, enfrentando a polícia nas lutas pela moradia.

Alfonsín suspende os direitos dos trabalhadores argentinos

Estado de sítio na Argentina. O presidente Raúl Alfonsín apelou para a força bruta, no último dia 29, buscando sufocar a explosão popular que teve início uma semana antes, com invasão de supermercados, casas comerciais e restaurantes por pessoas famintas. Desde o dia 19 as operações do mercado financeiro estão suspensas. Falta dinheiro até para pagar as contas do dia-a-dia. O dólar, que estava a 175 austrais no dia 19, chegou a ser vendido a 560 austrais 10 dias depois. Os juros atingem 300% ao mês. A dívida do Tesouro elevou-se a 3 bilhões de dólares. A dívida externa está em 60 bilhões de dólares. É a causa maior da crise e continua a estrangular e sufocar a economia do país.

Para decretar o estado de sítio, Alfonsín consultou e rece-

beu o apoio de seu sucessor eleito, o populista Carlos Menem. Agora estão proibidas as reuniões populares, e liberadas as prisões sem ordem judicial e as invasões de residências "para investigações". O governador de Rosário, Victor Reviglio (do partido de Menem), decretou o toque de recolher. A partir das 19h30 os transportes coletivos deixaram de funcionar e foram suspensos espetáculos públicos, como cinemas, teatros e competições esportivas.

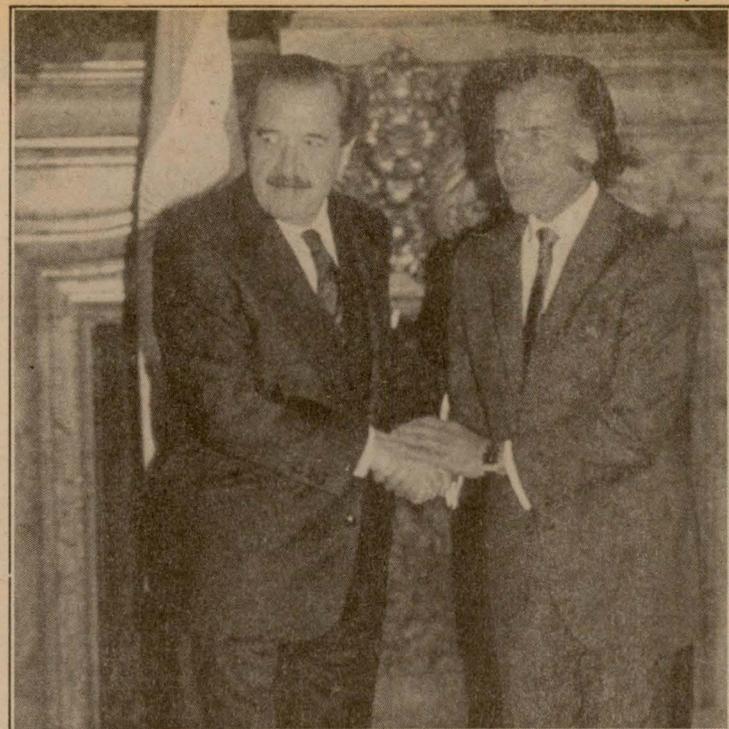
Logo nos primeiros dias do sítio 10 populares foram mortos pela polícia e mais de 900 foram detidos. O número de feridos é incalculável. Mas a população não ficou dócil: um helicóptero militar foi derrubado, em Rosário. E "a situação só se acalmou porque praticamente já não há nada mais

para saquear", nas palavras do governador Reviglio.

Salários arrochados

Os argentinos estão tendo os seus salários escandalosamente arrochados. O salário mínimo do país era o maior da América Latina, ainda em meados do ano passado. Mesmo com a corrosão imposta por Alfonsín, chegava, em junho de 1988, a 100 dólares. Hoje vale 20 dólares (4 mil austrais). Para se ter uma noção de seu parco poder de compra, a cesta básica de alimentos custava 22.776 austrais na semana passada. A inflação de maio ultrapassou os 70%. A desvalorização da moeda local é tamanha que muitas lojas e supermercados só estão comercializando em dólar.

Desesperada, a população



Alfonsín e Menem, juntos contra o mesmo inimigo: o povo

passou a invadir padarias, confeitarias, mercearias, supermercados e restaurantes, buscando comida. Muitos populares entram nos estabelecimentos comerciais, alimentam-se e saem sem pagar, por absoluta falta de dinheiro.

Para enfrentar essa situação, Alfonsín virou as costas aos trabalhadores. "Vamos entrar em economia de guerra, com um governo de crise",

anunciou. Mas a guerra tem por inimigo a população trabalhadora. Atendendo a pedidos da Associação dos Comerciantes, o governo decretou o estado de sítio, suspendendo as garantias constitucionais da população trabalhadora por 30 dias. Deixou os militares livres para reprimir o povo. E, para os militares, sítio é o estado que antecede o campo... de concentração.

Demagogia pacífica na OTAN

A OTAN, a aliança belicista comandada pelos Estados Unidos, completou 40 anos. E no dia de seu aniversário, 29 de maio, o presidente ianque, George Bush, apresentou um novo "plano de desarmamento da Europa", numa reunião da organização na Bélgica. Como sempre, retira as armas obsoletas e investe ainda mais em armamento moderno — em quantidade menor, mas com poder de destruição vá-

rias vezes maior. A propaganda burguesa trata de transformar o ato num "grande aceno para a paz".

Mas a verdade é que os EUA estão enfrentando dificuldades para manter intacta a liderança entre os "países ocidentais". Em especial, a Alemanha de Helmut Kohl está sendo a pedra no sapato de Bush. Os alemães sediam grande parte dos armamentos, e ficam no centro de qualquer

disputa bélica entre "ocidente" e "oriente" na Europa. Além disso, os alemães ocidentais estão multiplicando seu comércio com o leste europeu — a URSS e seus aliados. E diminuir as armas apontadas contra seus parceiros comerciais pode ser um bom negócio. Em que pese o desagrado que isso cause ao "grande irmão americano". Afinal, negócios são negócios, alianças à parte...

Rourke, o Mickey que não é rato

"Não podemos impedir que Mickey Rourke entre na Grã-Bretanha mas, evidentemente, uma pessoa que reconhece em público que apoiou financeiramente o Exército Republicano Irlandês não é bem vista neste

país." Foram estas as palavras do porta-voz do Ministério do Interior da Grã-Bretanha, Douglas Hurd, sobre a manifestação de simpatia do ator Mickey Rourke (de "9 sema-

nas e meia de amor") à luta dos irlandeses.

Rourke, neto de irlandeses, compareceu ao Festival de Cinema de Cannes com a frase "Nosso dia vai chegar", em gaélico (língua irlandesa), tatuada no braço. Essa expressão foi cunhada por Bobby Sands, um dos dirigentes do IRA que morreu na prisão em 1981 durante uma greve de fome que reivindicava o tratamento de presos políticos para os membros da organização.

Na Inglaterra, os membros do partido do governo e do Partido Trabalhista (social-democrata) se uniram para pedir que Rourke seja proibido de entrar no país. Mas o ator não se intimidou, e anunciou que pretende fazer um filme sobre o líder irlandês Bobby Sands, que morreu aos 27 anos, após 66 dias de greve. Mesmo na prisão, Sands foi eleito deputado pelos irlandeses — a Inglaterra considerou seus votos "nulos".

Além de anunciar a realização do filme, Rourke afirmou que contribui financeiramente para a luta do povo irlandês contra o domínio britânico.



Mickey Rourke, neto de irlandeses: "Nosso dia vai chegar"

Ministro húngaro quer liquidar o comunismo

"O sistema comunista deve ser liquidado." Desta vez não foi o general Pinochet quem condenou o comunismo à morte. Não. Desta vez a surrada frase partiu do ministro de Estado da Hungria, Imre Pozsgay. Detalhe: a Hungria se diz comunista, e o próprio Pozsgay é membro do politburo do "Partido Comunista" húngaro.

Ardente defensor da "perestroika", do lucro e da escravidão assalariada, Pozsgay está impaciente com a "lentidão"

com que as reformas econômicas capitalistas estão sendo implementadas na URSS, Polônia e na própria Hungria. Além de se revelar um anticomunista fervoroso, o ministro húngaro também afirmou que suas simpatias estão com os partidos políticos "ocidentais", ou seja, capitalistas. Para ele, "é impossível reformar a prática comunista existente (?) atualmente na URSS e na Europa do leste. Esse sistema deve ser liquidado".

Gorbachev atua como ditador no parlamento

O Congresso dos Deputados do Povo da União Soviética — o parlamento idealizado por Mikhail Gorbachev para substituir os soviets socialistas — começou a funcionar, no mês de maio, em meio a inúmeros tropeços. Mesmo sem ter sido designado para a função, Gorbachev assumiu a presidência dos trabalhos, atropelando os deputados eleitos. Fez um discurso autoritário, mandou alguns deputados "calarem a boca" e comandou a formação de um "Soviete Supremo" que lhe fizesse a vontade. Além disso, Gorbachev fora do conchaço o deputado mais votado da URSS, Boris Yeltsin — um liberal, defensor

do capitalismo (assim como Gorbachev), que se queixa da lentidão com que as reformas políticas e econômicas estão sendo impostas ao país.

Os partidários de Yeltsin reclamaram de sua exclusão. Temendo que a coisa se avolumasse, Gorbachev fez uma nova manobra, desrespeitou pela enésima vez o regimento interno do parlamento e fez com que um membro do seu "Soviete Supremo" renunciasse, para dar a vaga a Yeltsin. Assim, a "caminha" de Gorbachev: ao sabor de seu poder de manobra e de suas medidas absolutistas.

China é agitada por vendaval político

Arquivo

Um grande caos impera na China. O governo decretou a Lei Marcial, visando esmagar os protestos estudantis na praça Tian An Men. Mas as disputas internas, dentro do governo, do partido e das Forças Armadas chinesas, imobilizaram, até o final de maio, as tropas.

Carlos Pompe

Os dados transmitidos pela imprensa — a imprensa oficial e os correspondentes estrangeiros — sobre a situação chinesa são, ao mesmo tempo, muitos e muito poucos. As reivindicações dos estudantes são variadas e confusas. Liberdades democráticas — mas, ao que tudo indica, inspiradas na ideologia burguesa, metafísica. Mistura a justa aspiração por uma imprensa livre e desatrelada do Estado autoritário chinês, à defesa propriedade privada capitalista. Dança-se, na praça Tian An Men, ao som da rádio "Voz da América", e entoa-se a "Internacional" — hino dos comunistas.

A corrupção é denunciada, dirigentes direitistas, como o primeiro-ministro Li Peng e o todo poderoso chefe das Forças Armadas, Deng Xiaoping, são execrados. Mas, ao mesmo tempo, outros dirigentes anti-socialistas, como Zhao Ziyang, secretário-geral do partido revisionista, e Wan Li, presidente do Parlamento, são exaltados. Não se tem notícia, ainda, de uma liderança dentre os jovens ocupantes da maior praça do mundo, que personifique o movimento.

Desencontros

De qualquer forma, a agitação estudantil deixou o governo desconhecido. Assim que o dirigente soviético, Mikhail Gorbachev, saiu do país, Li Peng anunciou a Lei Marcial. No dia 25, 500 mil soldados cercaram Pequim, visando invadir a praça onde estão acampados os estudantes. Mas a população saiu em socorro dos jovens. Barricadas foram montadas nos bairros que dão acesso à praça. Operários das minas foram dar seu apoio ao movimento. Para impedir um conglomeração entre soldados e manifestantes, o governo mandou buscar tropas em regiões longínquas, onde são utilizados dialetos diferentes dos

de Pequim. Mas mesmo isso foi contornado pela população, que logo encontrou tradutores para estabelecer o diálogo com os recrutas.

Até mesmo a oficialidade não está obedecendo cegamente aos mandarins do partido e do Estado. Em vários quartéis os comandantes simplesmente recusaram-se a reprimir os atos estudantis. Foi divulgado um documento assinado por vários generais, inclusive Zahng Aiping (ex-ministro da Defesa), Yang Dezhi (ex-chefe do Estado Maior do Exército) e Xiaq Ke, participantes da Longa Marcha — episódio histórico da revolução chinesa de 1949. Nesse documento, a repressão ao movimento popular é deplorada.

Disputa do poder

Diante do inusitado da situação, Deng Xiaoping investiu nas articulações de bastidores. Realizou inúmeros encontros com chefes militares e homens de mando do partido e do Estado. Os boatos se multiplicaram. Zhao Ziyang não foi mais visto em público. De início comentou-se que teria sido destituído da secretaria geral do partido e colocado sob prisão domiciliar "não decretada". Depois, surgiu a versão de que foi visto trabalhando na sede do partido, tentando rearticular seu grupo na organização e recuperar o terreno perdido.

Wan Li, o presidente do Parlamento, que estava visitando os Estados Unidos quando foi decretada a Lei Marcial, voltou para a China. O noticiário dava conta de que ele se aliaria a Zhao Ziyang. Mas o avião que o levava a Pequim foi detido em Xangai. Depois de ficar um dia sem aparecer em público, para "cuidar da saúde", surpreendeu a todos os analistas, declarando seu apoio à repressão contra os estudantes.

Ao mesmo tempo, o vice-primeiro-ministro Tian Jiyun,



o ministro da Defesa, Qin Ji-nei, e o secretário de agitação e propaganda do partido, Hu Qi Li, foram criticados em artigos no "Diário do Povo", órgão oficial chinês, dando indícios de que teriam "caído em desgraça".

Autoridade abalada

Deng Xiaoping, que já nos anos 60 notabilizou-se por assumir a responsabilidade pela repressão às manifestações estudantis durante a chamada "Revolução Cultural", aparece como o vencedor dos atuais embates. Ao seu lado, como companheiro de armas, o primeiro-ministro Li Peng, filho adotivo de Chou Enlai, antigo braço direito de Mao Tsetung. Mas a carreira política de ambos sai enlameada deste processo.

Quando encerrávamos esta edição, não era possível ainda captar com precisão os rumos que os acontecimentos políticos iriam tomar na China. Contudo, o movimento de massas sempre acaba por desmascarar os revisionistas. E abre perspectivas para os marxistas-leninistas ampliarem suas ligações com as massas trabalhadoras, buscando dar um rumo revolucionário, socialista, para a luta popular.



Os estudantes fazem suas exigências e denunciam a corrupção na praça Tien An Men, e Deng Xiaoping apela para o Exército.

Corruptos trocam de cargo no governo japonês

O ex-primeiro-ministro japonês, Yashiro Nakasone, pediu "desculpas" ao parlamento de seu país por causa da corrupção em que se envolveu no "caso Recruit" (envolvendo suborno, manobras no mercado financeiro e enriquecimento ilícito). Contraditoriamente, disse estar "totalmente inocente" das acusações de sua participação pessoal na trama. Explica-se: já que é "inocente" não precisa devolver o dinheiro que recebeu ilegalmente com a negociata.

de seus assistentes mais íntimos compraram cerca de 29 mil ações da Recruit abaixo do preço, e lucraram 450 mil dólares quando as ações foram vendidas.

Também um outro primeiro-ministro, Noboru Takeshita, faturou alto com a negociata. Antes de renunciar, indicou o ministro das Relações Exteriores, Sousuke Uno, para sucedê-lo no cargo — assim, vão-se os anéis, mas ficam os dólares. Takeshita condicionou sua renúncia à aprovação do orçamento nacional para 1989-90, onde estão envolvidos interesses de milhões de dólares.

De qualquer forma, ele não teve como desmentir que três

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP..... Cidade..... Estado.....
Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 3,00; Trimestral de apoio: NCz\$ 5,50

Assinatura semestral: NCz\$ 6,00 Semestral de apoio: NCz\$ 12,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal à

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - São Paulo/SP



O histórico congresso de reconstrução da UNE

Gisela Mendonça*

“A UNE somos nós, nossa força e nossa voz.” Esta palavra de ordem, gritada em uníssono por dez mil jovens vozes marcou, no dia 29 de maio de 1979, a reconstrução da União Nacional dos Estudantes, há dez anos atrás.

Reunidos em Salvador, os estudantes sentiam, ao mesmo tempo, emoção e um gostinho de vitória sobre a ditadura e a repressão.

O 31º Congresso representou um marco para a luta democrática no Brasil. Era a primeira entidade nacional a ser reconstruída. Em Salvador, além dos estudantes, estavam representados na mesa de abertura do evento as principais personalidades políticas da oposição brasileira, além de líderes sindicais, de camponeses e ex-dirigentes da entidade. Todos eles presenciaram o resurgimento da entidade máxima dos estudantes brasileiros.

Na mesa havia uma cadeira vazia — era reservada ao presidente de honra do Congresso, Honestino Guimarães, último presidente da UNE, desaparecido em 73.

Com as palavras de José Serra (presidente da UNE 63/64, abrindo o Congresso — “... em nome de todos nós, estudantes de ontem e de hoje, de todos nós que lutamos para livrar a Nação das amarras destes quinze anos de regime ditatorial, declaro aberto o 31º Congresso da União Nacional dos Estudantes.” — estava dado o passo definitivo para reconstruir a UNE.

Mas foi longo e difícil o percurso, percorrido não só pelos estudantes, mas por todo o povo brasileiro para chegar até ali.

Da passeata dos 100 mil à clandestinidade

A metade da década de 60 encontrou um movimento estudantil forte e mobilizado. Era intensa a participação política dos universitários e grande a representatividade da UNE.

No dia 1º de abril de 1964 os estudantes já estavam nas ruas, protestando contra o golpe militar. A sede da sua entidade, o prédio histórico da Praia do Flamengo, havia sido incendiada.

De 64 a 68, foram grandes

as batalhas. Os estudantes não aceitaram a dissolução de suas entidades e as mantiveram independentes, da UNE ao Centro Acadêmico.

Mas a violência contra o M.E. crescia dia-a-dia. Para o governo fascista recém-implantado, era imperativo pôr fim à desobediência, às manifestações estudantis que ganhavam cada dia mais adeptos.

Em 28 de março de 68, a morte do estudante Edson Luís, no Restaurante Calabouço (RJ), trouxe nova onda de grandes manifestações. Seu enterro foi acompanhado por uma multidão. Três meses depois, a famosa “Passeata dos 100 mil” parou, durante quase todo o dia, a cidade do RJ. Aos estudantes haviam se juntado professores, intelectuais, artistas, mães, padres, bancários, comerciantes e políticos.

Ainda neste ano, no mês de outubro, a famosa “guerra da Maria Antônia” culminou com a morte do secundarista José Guimarães. De um lado, estavam os estudantes de Filosofia da USP, liderados pela UNE e, de outro, estudantes do Mackenzie, sob direção do CCC (Comando de Caça aos Comunistas). A batalha só cessou com a invasão da Faculdade de Filosofia por tropas de choque da polícia. Crescia a tensão e a repressão a todo o movimento popular.

Para o dia 9 de outubro estava marcado o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna. No entanto, este encontro se transformou num marco de repressão e violência contra o movimento estudantil. A prisão de quase todos os participantes, inclusive os principais líderes do movimento de 68, traz um período de grande refluxo.

Depois de Ibiúna, veio a AI-5 (em dezembro) e o decreto-lei 477 (em fevereiro de 69). Para a UNE, significava a clandestinidade, um duro período repressivo, que determinaria sua desorganização. As prisões em massa e o terror implantados tornavam difícil qualquer tipo de participação dos estudantes nas suas entidades. A maioria delas estava invadida ou fechada.

Nesta fase, grandes foram as perdas: Honestino Guimarães, Helenira Resende e Alexandre Vanucchi Leme são nomes sempre lembrados.



“1979: ano da UNE”, diz o papel agitado pelo universitário



Milhares de pessoas num show pela legalidade da UNE

75 — o ano em que a greve voltou

Este ano representou, de certa forma, um marco de retomada. No primeiro semestre, foram realizadas greves no Rio Grande do Sul, São Paulo, Brasília, Minas, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. A primeira e mais importante foi a da USP, que durou três meses e abriu espaço para a reconstrução do primeiro DCE-Livre, no ano seguinte.

A partir da Criação do DCE-Livre Alexandre Vanucchi Leme, da USP, a organização dos estudantes cresceu.

Em 76, foram realizados os dois primeiros Encontros Nacionais de Estudantes. Foram os primeiros passos para a reorganização nacional. Nestes encontros, os estudantes resolvem pregar “voto nulo nas eleições de novembro”.

Em 77, os estudantes estão de volta às ruas, numa avalanche de manifestações por liberdades democráticas e pela anistia ampla, geral e irrestrita. Mas a repressão continua.

O III ENE, que se realizaria em Belo Horizonte, é cancelado, com 850 estudantes presos. A USP, para onde é transferido o encontro, é cercada pela polícia. O III ENE acaba

se realizando na PUC — SP, também invadida pela polícia, com 500 universitários detidos, 41 estudantes enquadrados na LSN e dezenas de feridos. Mas houve um saldo positivo, que representou importante vitória: o encontro conseguiu criar a Comissão Pró-UNE, com função de encaminhar em todo o Brasil o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes.

Ainda em 77, no auge das manifestações, é reconstruída a União Estadual dos Estudantes de SP, a primeira UNE livre do país, depois de quase uma década.

O IV ENE, realizado em outubro de 78, na USP, toma importantes decisões. Os 500 delegados de 14 Estados resolvem “apoiar os candidatos do MDB com programas populares nas eleições de novembro e realizar o Congresso de Reconstrução da UNE, em Salvador, nos dias 29 e 30 de maio de 1979”.

79 — o ano da UNE
Com 2.300 delegados e mais de 7.000 estudantes observadores, o IV ENE aconteceu há exatos 10 anos atrás. Com uma carta de princípios e programa combativos, e com um

estatuto democrático, com uma plataforma de lutas que ia desde “mais verbas para a educação” até “anistia ampla, geral e irrestrita”.

Do Congresso, saiu uma diretoria provisória composta por entidades, que encaminharia as eleições diretas no segundo semestre. Neste pleito saiu vitoriosa a chapa “Mutirão”, presidida pelo estudante baiano Ruy Cesar. Nesta chapa já participavam militantes do PC do B e da Viração.

Cabe ressaltar a grande contribuição que os comunistas deram para a reconstrução da UNE e para sua sustentação e fortalecimento durante estes dez anos.

Sem dúvida, dez anos depois, mudaram bastante o país e a sua juventude. Mas continuam atuais os princípios da unidade e da democracia mencionados na carta da diretoria provisória de 79. Por eles continuam lutando os comunistas, neste difícil momento que o movimento estudantil atravessa.

“A consolidação da unidade dos estudantes foi, talvez, o saldo mais importante do Congresso. As diferenças de propostas (indispensáveis ao exercício da democracia) não nos impediram de estarmos unidos, solidamente, na reconstrução da nossa entidade, em sua defesa, todas as vezes que ela se viu ameaçada. Quando elementos provocadores tentaram sabotar o Congresso, apagando as luzes e jogando pó químico, permanecemos no escuro, repetindo a orientação da mesa e cantando o hino da UNE. Unidos, vencemos. A UNE reconstruída começa a se tornar realidade.”

(A diretoria provisória da UNE, em depoimento para a Revista História Imediata, Ed.

Atuação e Memória
Fundação Maurício Grabois
* Ex-presidente da UNE, gestão 86-87, membro do Comitê Central do PCdoB

Um "Kuarup" nas entranhas de um novo Brasil

Clóves Wonder

Houve uma bem urdida orquestração nacional e internacional contra o último filme de Ruy Guerra, "Kuarup". Afinal, quem fez obras como "Os Fuzis", de 1961 e "A Queda" em 1978, não podia passar incólume pela imbecilizada e colonizada crítica brasileira, que com exceção de Nei Duclós, em "O Estado de São Paulo", malhou o quanto pôde a fita de Ruy. Até em Cannes, parece que os Caio Túlios e Rubens Ewald se juntaram em bebericagens na Croisette com os críticos franceses e americanos e picharam o filme pra valer.

Mas de nada adiantou tudo isso. Todo esse esforço de decupagem pseudo-intelectualóide em "Kuarup" não resultou em nada. A não ser que as filas se alongam nas salas onde a fita está sendo exibida. Segundo o que os próprios jornais que malham o filme afirmam, "Kuarup" superou em poucos dias as bilheterias de "A Missão", "Gandhi", "O Beijo da Mulher Aranha", "Sei que vou te Amar", e outros filmes badalados.

Dando voltas na história

Se "Kuarup" tem defeitos? É evidente que tem. Até mesmo obras como "Casablanca" tem defeitos. Afinal, Ilza não fica com Rick. Mas o valor da obra supera em muito

seus pequenos defeitos, centrados mais na performance dos atores. É o resultado da formação dos atores brasileiros, feitos muito em cima do naturalismo da TV, com poucas exceções. Mas enfim, até isso é superado pela Câmara esperta de Ruy Guerra.

Quem leu o livro de Antônio Callado e viu o filme, pode ter achado estranho os *flash-backs* entrecortando a ação dramática, ligando 1954, 1961, 1964 e o que se seguiu, com a opção pela luta armada dos brasileiros que defendiam a liberdade e a justiça social. Pode ser aí, nessa clara opção do filme pela defesa do direito do ex-padre Nando se contrapor aos choques elétricos, ao assassinato frio nos porões da ditadura, pela resistência armada. Isso que deve ter incomodado os críticos que tomavam uísque enquanto brasileiros como Nando eram sacrificados. Ou enquanto os donos de jornais bajulavam muitos dos militares que matavam brasileiros de *overdose* de choques elétricos e outras formas de tortura.

Deve ter chateado a crítica, igualmente, a forma como Ruy Guerra mostra o general messiânico e os corruptos e incompetentes funcionários da Funai de então. Mas o filme vai fundo nisso e, nós *flash-backs*, mostra que entre a curtição de agora com o drama

dos índios e a destruição da Amazônia hoje, há uma realidade que começou a ser esboçada há muito tempo. E que tudo que ocorre hoje, passa inevitavelmente pela análise dos acontecimentos de 20 ou 30 anos atrás.

Distanciamento crítico

Essa quebra de ação contínua para mostrar a origem dos fatos é, para quem conhece Brecht, uma arma poderosa. Como é para Ruy Guerra fazer os espectadores não se envolverem simplesmente com a história de um ex-padre que gosta de mulher e curte os índios. A história é mais que isso, e se torna necessário quebrar o encantamento natural do filme, para trazer de volta a realidade nua e crua do Brasil dos últimos 30 anos.

O público entendeu a mensagem. Mas os críticos tupiniquins (sem nenhuma ofensa aos índios, é claro), acostumados a decuparem obras de Jim Jamursch, ou Wood Allen, ou Coppola, que também são grandes autores, mas com outra abordagem do mundo, não podiam mesmo entender o filme. Afinal, ele não tem nenhum dos maneirismos tão em moda no cinema de vanguarda do "primeiro mundo". Nenhuma câmera olhando para o vazio. Não. No filme de Ruy Guerra a câmara olha para o Brasil e para os brasileiros que



Taumaturgo e Fernanda Torres em cena do filme Kuarup

lutaram e lutam para construir um país melhor.

Mas "Kuarup" entra também na questão da opção pessoal dos homens de bem. No drama do padre que não se conforma com a castidade e se autoflagela para espantar o amor, nas loucuras próprias que a Igreja produz, assim como os quartéis. No encontro do homem com a fatalidade de seu destino, quando ao final, para escapar de uma nova prisão, de choques elétricos, da possível morte, Nando esfaqueia o soldado. Ali foi feita sua opção pela luta armada. Pela defesa da vida, do seu ideal.

Os críticos falaram muito mal da interpretação dos atores. Realmente há algumas falhas, como disse antes, e Taumaturgo Ferreira faz um padre Nando indeciso, que se perde quando chega perto de atores

do porte de um Cláudio Mamberti. Mas há surpresas também agradáveis, numa Cláudia Raia não só bonita, mas tomando, absoluta, conta das cenas em que atua. Fernanda Torres está como sempre ótima, como Francisca, Maitê Proença é digerível como a inglesa que desvirgina o padre Nando. Até a irrequieta Lucélia Santos está mais contida. E nenhum outro ator faria um general messiânico como Stênio Garcia fez.

Enfim, não caia na conversa dos críticos colonizados, não. Vá assistir "Kuarup". É um belo exercício de cinema e uma entrada crua nas entranhas da história recente do país. E vale o final do filme, conclamando a eleição direta para presidente este ano. Podemos começar a mudar alguma coisa no Brasil com o nosso voto. Cinema serve para isso também.

A fusão em banho-maria

Os cientistas dão tempo ao tempo e se preparam para uma nova rodada de debates, a partir de um grande seminário sobre a fusão a frio, em Los Alamos, EUA.

Álvaro Caropreso *

Passado o furor que se seguiu ao anúncio da possível descoberta da fusão nuclear a frio, as coisas parecem que se acalmaram. Martin Fleischmann, o químico britânico que faz dupla com Stanley Pons, norte-americano, ambos autores do anúncio da fusão a frio em 23 de março, já mostra sua disposição em rever a conclusão de que a eletrólise de água pesada com eletrodos de platina e paládio teria gerado reações de fusão nos interstícios da rede cristalina do paládio. "Vamos lá, qual cientista seria capaz de garantir que suas teorias são 100% corretas?", pergunta Fleischmann.

O Laboratório Nacional de Los Alamos, o famoso centro de pesquisas nucleares dos EUA, onde foi desenvolvida a primeira bomba atômica, or-

ganizou um seminário no qual cerca de 500 cientistas do mundo foram convidados para discutir especificamente o experimento dos químicos de Utah. Embora Pons e Fleischmann não tenham se comprometido a comparecer, a Universidade de Utah prometeu se fazer representar e tomou outra importante providência: foram enviados para três laboratórios independentes o eletrodo de paládio usado na eletrólise, com o objetivo de detectar ou não a presença de isótopos de hélio que teriam resultado da fusão a frio. Se confirmada a presença de hélio, em concentração superior à normal, muito provavelmente houve fusão de átomos de deutério (hidrogênio com dois prótons no núcleo) na rede cristalina do paládio e permanecerá aberto este novo caminho para as pesquisas em busca da fusão nuclear controlada.

Steven Jones, físico nuclear da Universidade Brigham Young, também em Utah, um dos mais respeitados estudiosos da fusão a frio e que, até março passado, trabalhara em colaboração com Fleischmann e Pons, de início dando algum

crédito ao experimento dos seus dois colegas, agora mostra-se cético. Jones disse que fará novas experiências para confirmar ou não a fusão a frio e promete que dentro das próximas semanas o assunto estará definitivamente resolvido. Jones não acredita que seus colegas estejam certos.

Linus Pauling, detentor de dois prêmios Nobel (Química, em 1954, e da Paz, em 1962), desde o início da polêmica vem insistindo em que as reações

ocorridas no eletrodo de paládio são de natureza simplesmente química e não nuclear.

O físico brasileiro Rogério C. de Cerqueira Leite, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* (19/05/89), lembrou que apenas centros de pesquisa de pouca expressão confirmaram os resultados de Utah, enquanto os principais centros de pesquisa em física nuclear dos EUA insistem em que o fenômeno não existe. Cerqueira Leite, revendo os dados de

Fleischmann e Pons, concluiu que "não há como acreditar em (raios) gama devido ao background. Alguma outra fonte teria que estar presente". Em outras palavras, Cerqueira Leite diz que o relato do experimento de Utah indica que houve radiação gama em quantidade superior à que se encontra naturalmente no ambiente e que esta radiação extra poderia ser resultado de reações de fusão. Entretanto, Cerqueira Leite deixa em aberto a possibilidade de os químicos de Utah terem cometido erros experimentais. Tais erros, se de fato ocorreram, não teriam sido intencionais, acredita o físico brasileiro. "A história da física está plena de exemplos de erros involuntários e compreensíveis, que caem rapidamente no esquecimento. Mas também há exemplos de abandono prematuro de uma evidência que apenas muito mais tarde vem a ser restaurada", diz ele. (Leia o artigo "Fusão nuclear a frio: o caso de Utah", na edição nº 19, de A Classe Operária.)



Cientistas tentam reproduzir a fusão a frio no Brasil

* Jornalista e colaborador de A Classe Operária

Quarup

O mais conhecido romance de Antônio Callado, "Quarup", foi agora levado para as telas de cinema, tendo concorrido no Festival de Cannes (veja matéria na página 23). Aqui, publicamos trechos do capítulo "A maçã", desse livro, publicado em 1967, sobre o envolvimento da branca Sônia com o índio Anta. "Quarup" aborda a trajetória de Nando, um padre que vive em Pernambuco, vai trabalhar entre os índios do Xingu e, após o golpe militar de 1964, adere à resistência armada contra a ditadura.

Sônia saiu quando nem Ramiro prestava atenção e nem ninguém ia saber se ela não estava na sua rede. Podia ir em frente. E não ia levar nada. Riu sozinha, um riso quieto mas voltado para dentro feito um espelho virado para uma rede. Foi andando. Lembrou-se da sua mala com simpatia, mas assim como quem se lembra com simpatia dum vestido de muitos anos atrás, sem nenhuma intenção de botar ele de novo. O quarup¹ olhado de longe era uma bola de fogo acesa dentro da noite e os mourões eram o mesmo que índios. Afreschados de penas, cabelo de algodão, amarrados de cintos. O melhor de todos, o bacana Uranaco, era do neguinho mesmo. Longe da bola de fogo a noite frígida de estrela e um quietão enorme. A vizinha do Tuatuari² escorrendo fuscante de grilos. Os cachorros do posto saudaram de rabo abanando a passagem de Sônia que tomou a senda que ia dar na maloca do Anta sentindo na memória e no desejo o cheiro das coisas, a luz nas painelas, colares de concha, os índios dormindo. Longe um esturro de onça inquieta com os ruídos do quarup deu medo na Sônia mas medo-medo, medo até medonho mas bom e desencrenado. Sônia correu até a maloca, parou na porta, o coração que era um sino de domingo por cima do medo do esturro de onça, e foi à rede onde o Anta dormia sem brinco na orelha também era o cúmulo mas de braçadeiras de buriti nos braços fortes cara lisa de menino.

— Anta — disse Sônia.

Anta abriu os olhos, viu Sônia, riu, quis logo puxar ela para a rede.

— Levanta, preguiçoso, vamos embora — disse Sônia.

— Ir onde?

— Embora, longe. Ramiro vai dizer ao Falua que sou mulher do Anta. Vai dar encrenca.

— Eu dou noiva, Matsune³. Entra na rede.

— Matsune não serve não, Anta. Falua, vai ficar brabo. Ramiro vai dar fotografia de nós dois na rede ao Pai dos Índios⁴, no Rio. Muita encrenca. Vamos fugir daqui.

— Encrenca — riu Anta.

Saltou lépido da rede, que desatou dos mourões, embrulhou nela espelho, camisa velha, machadinha, pegou arco e flecha.

— Vamos — disse Anta.

Do lado de fora da maloca o Anta tomou o caminho do Tuatuari. Sônia ficou em dúvida. Ele teria entendido bem?

— Onde é que a gente vai, Anta? — disse Sônia.

— Tuatuari. Na outra beira. Tem meinaco e cuicuro⁵ muito amigo. Muito longe.

Sônia ainda ia fazer perguntas mas Anta andava como quem sabe onde vai e foi um suspiro de alívio que ela saiu atrás dele, quieta e satisfeita sentindo nos pés nus e nas canelas o capim orvalhado. O esturro lá longe da onça sem sono fez Anta passar para ela o embrulho da rede para ele ficar de mãos livres no arco. Atravessaram de ubá o riozinho e foram andando, andando, Sônia com a rede de buriti cheirando a índio, jenipapo, mandioca. Mato preto começou a verdear, uma garça abriu picada branca no ar cinzento. O ruído do quarup, que Sônia e o Anta não ouviam mais há muito chão, subiu de novo nos ares com grande esforço para galgar tamanho mundo de espaço.

No terreiro do quarup os fogos baixos, as palmas carbonizadas, o cansaço danado de Maivotsinim suando tinta no corpo dos dançarinos, virando cinza na guimba dos cigarros dos pajés, desbotando no jenipapo, derretendo na fuligem salgada de suor. Maivotsinim num prego de desgraça entregava os pontos e esperava que alguém maior cumprisse seu sonho de virar quarup em gente que povoasse o mundo e adorasse ele, Maivotsinim, que não podia mais viver sem a paparicação dos homens. Mas desistia que ninguém é de ferro e tinha hora de descanso para quem é Deus também, que diabo. No céu de tabatinga um dedo do Deus maior pintou um listão de urucum. Numa árvore silvou um pio, depois houve um grasno repentão. Micaria⁶ que não acabava mais prorrompeu num desvario de assobio e numa primeira grimpada verde o sol se entranhou espirrando periquito por todo lado. E se deu então aquele grito que Sônia e o Anta tinham escutado e que era porque o calor do sol ia fazer nos quarups o que o esforço de Maivotsinim não tinha conseguido. A Nando que esperava que o sol ferisse as pernas da acangatara de arara de Uranaco, a Vanda que se sentava ao seu lado na soleira da porta da casa do posto, ao Fontoura que ainda bebia cachaca, Falua veio dizer:

— O velho⁷ renunciou. Não tem negócio de licença não. Agora é o Cafê Filho.

— Umás pústulas — disse Otávio. — Vamos pegar o bote, Falua, que a revolução começou.

— Mas Sônia? — disse o Falua. — Não encontro Sônia.

— Nem eu — disse Ramiro. — Procurei ela agora mesmo.

— Sôoonia! — berrou o Falua. — Sônia!

— Você gostava que berrassem assim no meio de uma missa? — perguntou o Fontoura com um resto de energia.

— Mas onde é que está Sônia?

— Vai ser processada, a Sônia — disse Fontoura.

— Vai ser o quê? — disse Ramiro.

— Processada — disse Fontoura. — Matsune, noiva de Anta, disse que o Anta foi embora com Sônia. Que levou rede e tudo. Se esta sacanagem for verdade, vai ser processada.⁸

— Ramiro se levantou, atravessou o quarup correndo na direção da maloca do Anta.

— Endoidou — disse o Falua atônito. — E você também, Fontoura. Que idéia é esta de Sônia fugindo com índio?

— Processada — disse Fontoura.

(...)

Os índios da huka-hucka⁹ e do moitará e javari só ouviram porque conheciam muito bem a voz do Fontoura mas ligar não ligaram o grito dele não, porque não queria dizer nada que índio soubesse e viram logo que só podia ser lá coisa entre caraíba e Fontoura berrando o velho se suicidou, o velho se matou, o velho morreu e nem interessava também que o Cícero berrasse junto dizendo meteu uma bala no coração e morreu. Getúlio morreu. Otávio saiu correndo como um doído no campo de pouso e encontrou diante da casa do Posto Cícero aos soluços e Fontoura repetindo Getúlio morreu e Nando e Van-

da e Lidia de caras transtornadas também e todos a perguntarem se seria que era verdade mesmo quem é que tinha ouvido no rádio e não havia a menor dúvida o velho tinha metido uma bala no coração e quando Otávio chegou ao pé do rádio no escritório sentiu aquele cheiro forte de éter e Falua e Ramiro estavam ao pé de uma mala aberta onde tinha caixa de rodo metálico e os dois tinham lenços na mão e balbuciavam um para o outro coisas onde o nome de Sônia aparecia o tempo todo mas Sônia não tinha ouvido nem o nome dela e nem as notícias berradas e nem nada andando e andando na trilha do Anta que tinha graças a Deus entendido naquela cabeça bonita por fora e esquisita por dentro que tinha que andar muito e que ir bem longe para guardar a fêmea branca que tinha arranjado com sua tesão e sua malandragem e Sônia que não escutou nada só tinha que seguir a musculosa traseira castanha com miçanga azul e cada vez entraram mais na mata ele e ela como um fiiinho de Tuutuarizinho de nada se perdendo para todo o sempre no marzão verdão do matagal e Otávio empurrou para o chão Ramiro e Falua e esguichou o lança-perfume bem na cara dos dois que protestaram não faz isso Sônia volta Sônia e saíram quase tropeçando nos quarups que vinham rolando, rolando pelo declive tocados pelos pajés e plaf plaf plaf um atrás do outro foram entrando n'água e o maior de Uranaco mergulhou um pouco, emergiu, saiu boiando com sua faixa de algodão tinto e suas penas de arara e de gavião.

Notas

1 — Festa dos mortos, instituída por Maivotsinim, o primeiro homem entre os índigenas, na tentativa de fazer os mortos retornarem à vida através de toros de madeira **kuarup** (ou quaruba).

2 — Nome do rio, à margem do qual se localizava o posto indígena.

3 — Nome da índia noiva de Anta.

4 — Sônia refere-se ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios, ao qual Ramiro ameaçou denunciar as relações entre ela e Anta.

5 — Grupos de índios amigos de Anta.

6 — Um dos quarups.

7 — Referência a Getúlio Vargas.

8 — Fontoura alude à lei que proíbe relações sexuais entre índios e brancos, nos postos.

9 — Uma luta entre os índios, que integra a solenidade do quarup.



Anta (Radwell) e Sônia (Cláudia Raia) na cena do filme inspirada na passagem do livro reproduzida nesta página



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois